

Sim às cotas



Reitor (c) e vice (e) comemoram decisão do Consun com representantes da comunidade

FLÁVIO DUTRA

CONSELHO UNIVERSITÁRIO APROVOU PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS

Medidas, que prevêem a reserva de 30% das vagas em todos os cursos de graduação para egressos de escolas públicas e afro-descendentes, passam a valer já no Vestibular 2008. O reitor José Carlos Hennemann acredita que a iniciativa trará a diversidade da sociedade para dentro da UFRGS. A primeira avaliação do programa está prevista para 2012.

Página central

corrupção
Professores analisam condução das investigações

Página 4

opinião
Adoção das cotas revela respeito à diversidade

Página 2

Política energética em debate

Ciência Quatro pesquisadores da UFRGS avaliam a decisão do governo federal de retomar a construção da Usina Nuclear de Angra 3. O físico Fernando Zawislak é favorável à conclusão da Usina e também defende que as universidades brasileiras voltem a prestigiar a física, a engenharia e a química nuclear.

A opinião é compartilhada pelo engenheiro nuclear Farhang Sefidvash, que sugere que parte dos investimentos no setor sejam destinados ao desenvolvimento de reatores nucleares, de acordo com as normas estabelecidas pela Agência Internacional de Energia Atômica. Para o geólogo Rommulo Vieira Conceição

a energia nuclear é uma boa opção, por ser mais limpa do que outras fontes energéticas, como o álcool. Já o químico Dimitrios Samios sustenta que o Brasil deveria investir prioritariamente nas pesquisas com biocombustíveis, pois nessa área o país tem chance de tornar-se líder mundial. **Página 11**

Quem são as novas caras da UFRGS

Campus O Jornal da Universidade saiu em busca dos novos integrantes do quadro funcional da UFRGS. Altamente qualificados, os professores e técnicos-administrativos relataram suas trajetórias profissionais e as expectativas quanto à carreira universitária. A meteorologista, Rita de Cássia Alves,

ingressou no Instituto de Geociências em setembro do ano passado e já está coordenando o Laboratório de Meteorologia e Qualidade do Ar. Jean Marrie Désir, engenheiro haitiano, desenvolve pesquisa em alvenaria estrutural e leciona no departamento de Engenharia Civil. Formada pelo Instituto de Artes, Lu-

ciana Prass tornou-se professora da primeira vaga docente para Música Popular. A administradora paraense Marize do Socorro, trabalha na Pró-reitoria de Recursos Humanos e aposta na qualificação dos gestores públicos. Por isso, cursa o mestrado da Escola de Administração nesta área. **Página 7**

cultura

POR QUE O LIVRO CUSTA TÃO CARO?

Na era das megalivrarias, pequenas editoras enfrentam dificuldades diante da baixa margem de lucro. Enquanto isso, leitores, em especial estudantes, se queixam dos altos preços dos livros, e escritores reclamam da míngua da porcentagem que recebem pelos direitos autorais.

Página 12

tecnologia

A utilização da Internet no dia-a-dia dos estudantes

O uso do "copiar e colar" em trabalhos acadêmicos é cada vez mais freqüente. Apesar das facilidades que a pesquisa na rede oferece, é preciso tomar cuidado com informações não confiáveis e com o plágio. **Página 6**

comunicação

Monopólios de mídia são o tema do momento

Doutorando em Ciência Política da UFRGS, Pedro Luiz da Silveira Osório, avalia as concessões: a decisão de Chávez sobre a RCTV na Venezuela e a criação de uma televisão pública em nosso país. **Página 10**

atualidade

FABICO QUER POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS EM SEU CURRÍCULO



GERSON NUNES/PROJETO CONTATO

Um dos coordenadores da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) esteve na UFRGS para desenvolver ações de cooperação. Esta aproximação, entretanto, já vinha ocorrendo. Conforme informação do departamento de Comunicação da Fabico, o tema *Políticas Sociais Públicas*, defendido pela Andi, poderá fazer parte do novo currículo. Assim, a Faculdade poderá ingressar na discussão nacional que já existe na forma de disciplinas oferecidas pela UFRJ, UnB e USP.

Página 5



Megalivrarias mantêm em estoque quantidade de livros muito maior do que as livrarias tradicionais

FLÁVIO DUTRA

Cartas

Sou estudante do departamento de Língua Portuguesa da HUFS em Seul e vim ao Brasil para o intercâmbio de um semestre. Nesses quatro meses passados em Porto Alegre, fiz amizade com brasileiros, chineses, japoneses, franceses, americanos e ingleses. Estou no curso de português para estrangeiros da UFRGS e acho a faculdade linda, embora não goste do fato de que demora muito tempo para chegar lá no Campus. Para alguém recém-chegado ao Brasil eu diria: se esforce ao máximo nas aulas! Mas, também, vá a festas para conhecer outros brasileiros. Conversar é uma extensão das aulas e o ajudará a aprender o português mais coloquial!

Choi Jaehoon (Diogo)

Estudante do Programa de Português para Estrangeiros
Mensagem escrita como tarefa de aula a partir de reportagem publicada no JU em março de 2006

e-mail: jornal@ufrgs.br

Memória da UFRGS

ACERVO MUSEU DA UFRGS



▶ 1950 Aula prática de Antropologia para alunos do curso de Geografia e História, com a professora Lygia Morandi dos Santos. O mais alto da foto é o jovem Earle Diniz Macarthy Moreira, retratado no Perfil desta edição

Espaço da Reitoria

Ações afirmativas na UFRGS

Adoção do sistema de cotas no concurso vestibular da UFRGS foi antecedida por intenso debate, como ocorreu nas quase duas dezenas de universidades brasileiras que já o implementaram. Este debate foi enriquecedor e contribuiu com alterações contempladas na decisão final do Conselho Universitário. Detalhes, neste caso, podem fazer muita diferença.

O projeto aprovado não substitui o sistema de mérito, que continuará sendo o critério maior da instituição Universitária, nem dispensa o esforço individual para aprovação. A reserva de 30% das vagas para a rede pública, em números do último vestibular, alocaria 1.264 vagas para 16.583 candidatos.

Destes, só poderão pleitear cota quem acertou 30% das questões e teve sua redação corrigida, cujo corte é quatro vezes o número de vagas destinado a cada curso. Na prática, dos 40 mil inscritos, restaram 14 mil para terem sua redação corrigida e é nestes que se concentra a possibilidade de classificação. Não cumpridas estas exigências, as vagas destinadas a cotas não preenchidas retornarão ao critério universal de ingresso. Portanto, não se substituiu o critério de mérito por outro, mas se incorporou a este uma variável atinente à condição sócio-econômica, ao se reservar vagas a oriundos da rede pública.

Em segundo lugar, e talvez o maior objeto de polêmica, a cota para negros. O debate certamente não se encerra

com sua adoção, mas duas medidas atendem parcialmente algumas ponderações. A primeira restringiu a cota para negros a estudantes oriundos da rede pública. Com isto, a condição étnica foi reconhecida como objeto de medida afirmativa, como demandavam movimentos sociais, mas associada ao critério sócio-econômico. Também não foi adotada uma comissão para conferir a origem étnica dos candidatos autodeclarados negros, que a muitos lembrava experiências de regimes totalitários; com isso, também se evitam polêmicas, como ocorridas em outras universidades que a implementaram.

Destarte, haverá o acompanhamento dos egressos por cotas, visando me-

lhor integrá-los, e avaliações anuais, além de uma conclusiva do programa daqui a cinco anos. Trata-se, portanto, de experiência que poderá ser corrigida e alterada. Finalmente, assinala-se que há o reconhecimento de que cotas em si não são solução: o grande trabalho pela frente continua sendo por maior qualidade na rede pública de ensino, ampliação das vagas e efetiva oportunidade de acesso, independente da etnia ou de qualquer outra forma de discriminação. Não precisamos alcançar o mundo ideal: basta efetivamente caminharmos nessa direção para tornar desnecessária a existência de cotas.

José Carlos Ferraz Hennemann
Reitor

Artigo

Cotas na Universidade: uma decisão difícil

O antropólogo Lévi-Strauss, num artigo clássico, analisa um parto difícil de uma jovem índia americana. Nesse episódio, ela não se encontra sozinha. Ela compartilha as tradições e mitos de seu povo. Junto à jovem mãe, o xamã narra outros partos difíceis e as lutas entre os espíritos protetores e malfazejos. A eficácia simbólica de seu canto ajuda a jovem a enfrentar o desafio de fazer nascer um novo ser.

Recentemente, a UFRGS aprovou um sistema de cotas sociais e raciais. Foi um parto difícil! Já na véspera da votação, comunidades negras e indígenas reuniram-se em vigília, com suas velas e seus cânticos, para lembrar sua história de opressão, mas principalmente compartilhar a lembrança de suas lutas e vitórias. O público dessa narrativa não era apenas o Conselho Universitário, encarregado da votação, mas a nação em geral.

Na mesma madrugada de vigília na UFRGS, acontecia no Rio de Janeiro um caso de violência que chocou a todos nós. As 4h22min da manhã, Sirlei Dias, empregada doméstica, saía do prédio onde trabalhava para ir a um posto de saúde. Para chegar lá, ela teria de perfazer 63 quilômetros e

tomar três diferentes conduções. Na parada de ônibus, foi agredida brutalmente por jovens universitários, que mais tarde alegaram tê-la confundido com uma prostituta. Ela foi espancada e xingada. Enquanto era humilhada, pensava no filho, com medo de ser morta e jamais poder revê-lo. Em que pensavam seus algozes?

Os gritos de socorro de uma prostituta fize-

ram com que os agressores fugissem. Um motorista de táxi anotou a placa do carro. Na delegacia, Sirlei comentou que o respeito à pessoa humana não admite esse tipo de agressão a quem quer que seja. Seu Renato, pai de Sirlei, também deu mostras de retidão ao afirmar que criou quatro filhos sem ter condições de dar a eles uma bicicleta, mas soube dar-lhes limites.

bre, mas muito injusto. Ao adotar o sistema de cotas, a UFRGS mostrou estar sintonizada com o espírito do século XXI: de respeito aos Direitos Humanos, ao reconhecimento e à diversidade com justiça e equidade.

Arabela Campos Oliven
Professora da Faculdade de Educação da UFRGS



FLÁVIO DUTRA

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda do mundo. De acordo com estatísticas oficiais, a renda média dos 10% mais ricos é de 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres. Esse exemplo é paradigmático de nossa crise de valores. Num extremo, uma total precariedade de recursos contrabalançada por atitudes eficientes de solidariedade. No outro, segmentos de nossa elite demonstram comportamentos do tipo vale tudo, que não respeitam ninguém.

Para fazer frente a essa crise é urgente dar mais oportunidades a Sirleis, à imensa maioria de pobres trabalhadores brasileiros, a indígenas e negros que, com o seu trabalho árduo, têm ajudado a construir a riqueza desse país. O Brasil, sendo uma das maiores economias do mundo, não é pobre, mas muito injusto. Ao adotar o sistema de cotas, a UFRGS mostrou estar sintonizada com o espírito do século XXI: de respeito aos Direitos Humanos, ao reconhecimento e à diversidade com justiça e equidade.

Arabela Campos Oliven
Professora da Faculdade de Educação da UFRGS



ufrgs
Design e inclusão social

▶ O Núcleo de Design de Superfície (NDS), vinculado ao departamento de Artes Visuais e ao Curso de Mestrado em Design da Universidade, promoveu, de 10 a 12 deste mês, o *Encontro de Design e Tecnologia Têxtil*. Entre os resultados do evento, está a proposta de fazer uma publicação conjunta entre Brasil e Portugal, país que enviou dois professores para a atividade, já que a bibliografia na área de estamparia é escassa. Outro ponto importante será a assinatura de um termo de parceria entre o Banco do Vestuário da Fundação Gaúcha de Bancos Sociais/FIERGS e a UFRGS, visando à promoção de ações de reciclagem e inclusão social. Segundo Evelise Anicet Ruthschilling, coordenadora do encontro e do NDS, caberá à Universidade trabalhar o design com as organizações não-governamentais que são atendidas pelo Banco do Vestuário. Parte das roupas produzidas serão doadas para a Santa Casa.



salões
Graduação e Ensino a Distância

▶ De 26 a 28 de junho, no Campus Centro da UFRGS, ocorreu o Salão de Graduação e, no mesmo período, o Salão de Educação a Distância. O tema central dos eventos foi a expansão do ensino de graduação nas modalidades presencial e a distância. Foram desenvolvidos relatos de experiências e atividades em monitorias, estágios, licenciaturas e grupos PET, além de painéis de discussão sobre EAD e exposição de pôsteres. Segundo o professor Carlos Alexandre Netto, pró-reitor de graduação, ficou claro que a Universidade está fazendo uma expansão consistente e consciente de seus cursos nas duas áreas, sempre atendendo as necessidades da sociedade.

acidente
Professora e estudantes vítimas do voo da TAM

▶ Vanda Ueda, professora do Departamento de Geografia; Christine Alias de Souza, estudante do Programa de Pós-graduação em Engenharia; Fernando Fleck Pessoa, aluno da Faculdade de Medicina; e Lina Barbosa Cassol, médica do HCPA; estavam entre os passageiros do avião da TAM. O acidente aéreo ocorreu em 17 de julho no aeroporto de Congonhas. A comunidade da UFRGS lamenta a morte de seus membros.

prêmio I
Jovem Cientista elege educação como tema

▶ A edição 2007 do XXIII Prêmio Jovem Cientista de 2007 tem como lema "Educação para reduzir as desigualdades sociais". Iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Gerda, Eletrobrás e Fundação Roberto Marinho, a edição deste ano vai receber inscrições até o dia 30 de novembro. O Prêmio tem cinco categorias: graduado, estudante do ensino superior, estudante do ensino médio, orientador e mérito institucional. Informações www.jovemcientista.cnpq.br.

prêmio II
Fapergs vai premiar pesquisadores

▶ A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs) e a Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) se unem no Prêmio Fapergs 2007, que terá três modalidades: Prêmio Pesquisador Destaque, Prêmio Mérito Sylvio Torres e Prêmio Copesul Ambiental. As indicações podem ser feitas até 10 de agosto por universidades ou centros de ensino superior e de pesquisa e outras instituições reconhecidas atuantes na área de pesquisa e desenvolvimento. Informações 3221-4922 ou através do site www.fapergs.rs.gov.br.

prêmio III
Docente da UFRGS no Prêmio Jabuti

▶ O professor Artur Oscar Lopes, do Instituto de Matemática, teve dois livros indicados para o Prêmio Jabuti, organizado pela Câmara Brasileira do Livro. "A casa de minha vó e outros exóticos" e "Introdução à mecânica clássica" integram a lista dos premiados que concorrerão na final a ser realizada em 21 de agosto.



odontologia

Faculdade de Odontologia atende pacientes pelo SUS

CAMILA ROSS

Perda de dentes é problema de saúde pública

A adição de flúor na água potável ajudou no combate à cárie

Se todos os habitantes da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) parassem de fumar no mesmo dia, 90 mil casos de periodontite (doença da gengiva) deixariam de existir. Quem faz o alerta é o professor Cristiano Susin da Faculdade de Odontologia da UFRGS. "Não é só o cigarro que causa problemas, a falta de uma higiene adequada e a diabetes também provocam a doença periodontal que leva à perda de dentes", lembra o especialista. Apesar de tudo, o professor diz que a saúde bucal dos brasileiros melhorou nos últimos anos, pois o número de indivíduos desdentados tem diminuído desde a década de 80, em especial entre os mais jovens. "Isto se deve à adição de flúor na água que vai para o abastecimento de residências. Em 1986, aproximadamente 50% dos brasileiros com idade entre 50 e 59 anos eram desdentados.

Estudo realizado na Região Metropolitana de Porto Alegre revelou que 13% dos indivíduos nessa faixa etária eram desdentados totais", informa Susin, acrescentando que, infelizmente, enquanto o edentulismo diminuiu consideravelmente, a perda dentária continua sendo um problema de saúde pública. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu como meta para o ano de 2000 que 85% das pessoas com 18 anos deveriam ter todos os dentes presentes. De acordo com dados da Faculdade de Odontologia da UFRGS, em 2001, 73% dos jovens dessa faixa etária, residentes na Grande Porto Alegre, possuíam todos os dentes. A cárie também apresentou diminuição considerável ao longo das últimas duas décadas: o número médio de dentes cariados, restaurados ou perdidos diminuiu de 6,6 para 2,8 entre 1986 e 2002, para jovens com 12 anos. É importante ressaltar que para esta faixa etária, a meta da Organização para 2000 era de três dentes afetados.

ceclimar
Centro ganha novos laboratórios

▶ No dia 17 deste mês, foram inaugurados, em Imbé, os laboratórios de Análises de Água e de Biologia do Pescado do Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos (Ceclimar), do Instituto de Biociências da UFRGS. Os recursos para implantação dos laboratórios, provenientes da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, permitirão executar um plano de monitoramento das águas da bacia do rio Tramandaí, além de estudos visando à proteção de estoques naturais de espécies de peixes da região, dando sustentabilidade para a pesca profissional artesanal.



Projeto atende cerca de 160 jovens da rede pública

FLAVIO DUTRA

vestibular 2008
Desconto e isenção de taxa

▶ A Comissão Permanente de Seleção da UFRGS informa que o desconto de 50% na taxa de inscrição do vestibular será concedido a todos que comprovarem os estudos, com aprovação, em escola pública até pelo menos a metade do Ensino Fundamental e a totalidade do Ensino Médio. A isenção do valor da inscrição do Concurso Vestibular 2008 exige este mesmo critério e, adicionalmente, demonstrar carência socioeconômica, comprovando uma renda bruta mensal de até R\$ 350 por pessoa do grupo familiar. A solicitação se dará exclusivamente pela Internet, no site www.vestibular.ufrgs.br até às 23h59min do dia 23 de julho de 2007. Para os candidatos que não tiverem acesso a um computador, a Coperse disponibilizará terminais de uso gratuito, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, no Campus Saúde (Rua Ramiro Barcelos, 2574 portão K). Informações mais detalhadas no site acima.

projeto navegar
Reportagem resulta em doação para UFRGS

▶ A reportagem sobre o projeto Navegar, publicada na página central da edição de junho do Jornal da Universidade, resultou na doação de dois caiaques de madeira, com capacidade para dois tripulantes, para a Escola de Educação Física. A iniciativa partiu do professor Eberhaad Frank, marido da também professora aposentada do Instituto de Artes da UFRGS, Isolda Frank que, ao ver o entusiasmo dos jovens pelo projeto, pretendeu proporcionar-lhes condições semelhantes as que seus próprios filhos tiveram quando pequenos. O Navegar oferece iniciação aos esportes náuticos para jovens de 12 a 15 anos de escolas da rede pública e, segundo Ricardo Petersen, diretor da Esef e coordenador do projeto, os equipamentos serão prontamente utilizados por apresentarem boa estabilidade.

MUTAÇÕES DO CONHECIMENTO

Renascimentos do Homem Moderno

PERÍODO 21, 22 e 23 de agosto de 2007 LOCAL Salão de Festas Reitoria UFRGS

ORGANIZAÇÃO: Pró-Reitoria de Extensão / Museu da UFRGS
CURADORIA: Kathrin H. Rosenfield (Núcleo Filosofia-Literatura-Arte / UFRGS)

Promoção UFRGS PROEXT
Apoio CEEÉ ARENA ARTE

Alt: r.rosone.ve@ufrgs.br



COMBATE À CORRUPÇÃO

O noticiário nacional é alimentado quase que diariamente por uma sucessão de escândalos, envolvendo atos de corrupção nas esferas pública e privada. As constantes operações da Polícia Federal e a sucessão de CPIs têm levado muitos brasileiros a imaginar que o país afunda num mar de lama. De fato, um relatório divulgado no início deste mês pelo Banco Mundial (Bird) indicou que houve piora na percepção sobre como o Brasil controla a corrupção. O documento, mal interpretado por parte de alguns órgãos de imprensa, mostrou que em itens como eficiência administrativa, capacidade regulatória e prestação de contas, os indicadores vêm piorando desde 2003. No entanto, o país apresentou melhora dos índices que tratam da estabilidade política. Para refletir sobre o combate à corrupção, o Jornal da Universidade convidou a cientista política Céli Pinto e o professor de Direito Constitucional Eduardo Carrion. Ambos destacaram a importância da liberdade de imprensa, mas apontaram alguns exageros, tanto na divulgação de listas de prováveis suspeitos quanto na ânsia, por parte de alguns políticos, de se sobressair na mídia.



Mais parcimônia, menos espetáculo

Céli Pinto*

No momento em que escrevo este artigo, a população brasileira está deixando de se interessar por Vavá e direciona toda a sua atenção para as peripécias do senador Renan Calheiros. Assim tem sido nos últimos anos o Brasil. Onde estará Waldomiro Diniz? Onde estará Marcos Valério, o careca que dava empréstimos a rodo? E os juízes, que ainda há poucas semanas tinham suas vozes gravadas em telefonemas em que cobravam propina para liberar casas de jogos? Poderia escrever páginas e páginas apenas fazendo perguntas ao leitor sobre o paradeiro de inúmeros acusados de corrupção e, principalmente, sobre o paradeiro dos recursos que foram subtraídos do erário público.

A sensação que temos com este desfile de corruptos e acusados é que estamos em um mar de lama nunca antes navegado. Será isto verdade? O Brasil é um país pouco acostumado à democracia e menos ainda a ter suas elites ameaçadas em seus privilégios. São tantos os privilégios para tão poucos, que a apropriação do dinheiro público tem sido vivida como um direito. Porém, o que importa realmente é que hoje temos notícias da corrupção, ela é investigada, publicizada, e a sociedade civil toma conhecimento do que

acontece na ala dos poderosos. E isto é salutar para a democracia, para sociedade e, principalmente, para o amadurecimento político do eleitor.

Vivemos então no melhor dos mundos? Evidentemente que não. Mesmo em relação à publicização e à investigação estamos muito longe do minimamente desejável em pelo menos três quesitos: a acusação sensacionalista; o resultado das investigações e o comportamento da Polícia Federal e do Congresso Nacional em relação às próprias investigações. No que concerne aos dois primeiros aspectos, apenas duas rápidas observações. Somos traumatizados por um período de grande censura e, com razão, temos muito medo de qualquer ato que lembre limitação de expressão. Isto que é bom, todavia provoca um efeito perverso: a irresponsabilidade. Primeiro constrói-se o escândalo para depois provar a investigação. O segundo quesito está fortemente relacionado com o poder de impunidade de nossas elites,

Investigações, às vezes, percorrem o perigoso terreno da dramaturgia televisiva

que dificilmente cumprem penas ou têm seus recursos confiscados pela União. Mas o que me interessa particularmente é o último aspecto: o comportamento da Polícia Federal e do Congresso Nacional. No que concerne à Polícia Federal, a questão parece ser um certo afã de fazer render na mídia os conhecidos 15 minutos de fama. As investigações, algumas vezes, percorrem o perigoso terreno da pouca qualificada dramaturgia televisiva. Parece um novelão. De quem será o próximo telefone posto sob escuta? Não há dúvida que este é um instrumento importante de investigação, mas no que contribui para a apuração sua divulgação nos principais noticiários? A PF não estará se deixando levar pelo espetáculo? O importante passa a ser a existência de novos fatos para alimentar a curiosidade do telespectador.

Já o Congresso Nacional tem jogado pesadamente com seu poder de abrir CPIs. E novamente pergunta-se: este é o principal papel do

legislativo nacional? A investigação sobre o apagão aéreo, quando tratou do acidente da Gol, chegou às raias do patético, com deputados fazendo questões sobre temas que absolutamente não entendiam. As CPIs têm se tornado palco para que deputados sem expressão ganhem espaço, brigas internas sejam vingadas e futuros candidatos a qualquer coisa discurssem. O importante é o que rende notícia ou o que enfraquece o adversário político e não a investigação em si. Por outro lado, quando os temas de investigação são os próprios deputados, o perdão é uma moeda fácil. Vimos no ano que passou, estamos vendo agora.

A política brasileira necessita decantar-se. Está decantando-se. É alvissareiro o anúncio de tempos em que ser político ou ter cargo público só interessará aqueles que se sentirem comprometidos com a vida pública. Mas, antes disto, temos de amadurecer como democracia. A Polícia Federal e o Congresso Nacional têm feito um trabalho importante, lástima que não percam o hábito de aproveitar a oportunidade para tirar algum tipo de proveito.

* Cientista política e diretora do IFCH

Auto-referência política

Eduardo K. R. Carrion*

Em face das reiteradas denúncias de práticas de corrupção envolvendo parlamentares, nem sempre resultando em responsabilização, questiona-se sobre a capacidade mesma de o Legislativo julgar seus próprios membros. Os episódios recentes, no Senado Federal, têm reforçado esse sentimento. Propõe-se, assim, em contraste, que os parlamentares, ao invés de julgados por seus pares, sejam-no pelo Judiciário. Mas isto já existe. Devemos diferenciar entre *responsabilização política*, que, nos termos do artigo 55 da Constituição, pode resultar na perda de mandato por decisão da Casa (Câmara dos Deputados ou Senado Federal) de que faça parte o parlamentar, e *responsabilização penal* a cargo do Supremo Tribunal Federal, por disporem os parlamentares de foro privilegiado (artigo 102, I, b).

Mas de qualquer forma deve ser registrada a crítica. As duas Casas do Congresso Nacional têm agido com leniência com relação a seus membros denunciados por atos de corrupção,

isso para dizer o mínimo. O que se observa muitas vezes é comprometimento e engajamento com a impunidade. A classe política, como qualquer classe social, possui auto-referência, ou seja, age também no sentido de sua autopreservação, de sua auto-reprodução, da manutenção de seus interesses e privilégios. Mas, no Brasil, a auto-referência da classe política foi levada aos seus extremos, foi potencializada. Logo a classe política, responsável por apontar rumos e oferecer alternativas para a sociedade. No nosso caso, não se vislumbra transcendência significativa, antes solipsismo, ensimesmamento por parte da classe política.

No combate à corrupção, embora suas razões estruturais, impõem-se, no imediato, algumas medidas. Antes de tudo, cabe diminuir

A classe política, como qualquer classe social, age no sentido de sua preservação

as oportunidades e aumentar o custo da prática da corrupção. Prevenção e repressão, fiscalização e punição, ou melhor, certeza da fiscalização e probabilidade da punição, além de transparência nas contas públicas e direito à informação. Nesse contexto, admirável o papel de algumas instituições em termos de fiscalização e responsabilização. Tradicionalmente, já existem os instrumentos de controle interno, assim como os de controle externo, este exercido pelo Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas. Criada em 2001, a Controladoria Geral da União (CGU) tem desenvolvido um papel inestimável no que se refere ao controle da utilização de recursos públicos federais. Por sua vez, Ministério Público e Judiciário, indispensáveis para a responsabilização de atos de

corrupção, têm, cada vez mais, sempre respeitando os parâmetros do Estado de Direito, agido prontamente.

Destaque especial merece o Departamento de Polícia Federal, atuante no combate à corrupção, adquirindo progressivamente maior autonomia perante o Executivo. Trata-se de órgão de colaboração não só com o Ministério Público, como também com os Poderes, inclusive o próprio Legislativo no que se refere à *responsabilização política* de seus membros faltosos. Verdade que há sempre o risco de atropelarem-se direitos constitucionais, o que deve ser coibido, pois não se trata de instituir-se um Estado policial, cerceando as liberdades públicas do cidadão. Indiscutível que, por vezes, haja demasiado estardalhaço nas ações desencadeadas. Mas suas iniciativas têm sido exemplares no sentido da responsabilização por atos de corrupção.

* Professor titular de Direito Constitucional

A promissora aproximação entre jornalismo e políticas sociais

Comunicação
Universidade e Andi buscam qualificação profissional na cobertura de questões que envolvem políticas sociais públicas

Jacira Cabral da Silveira

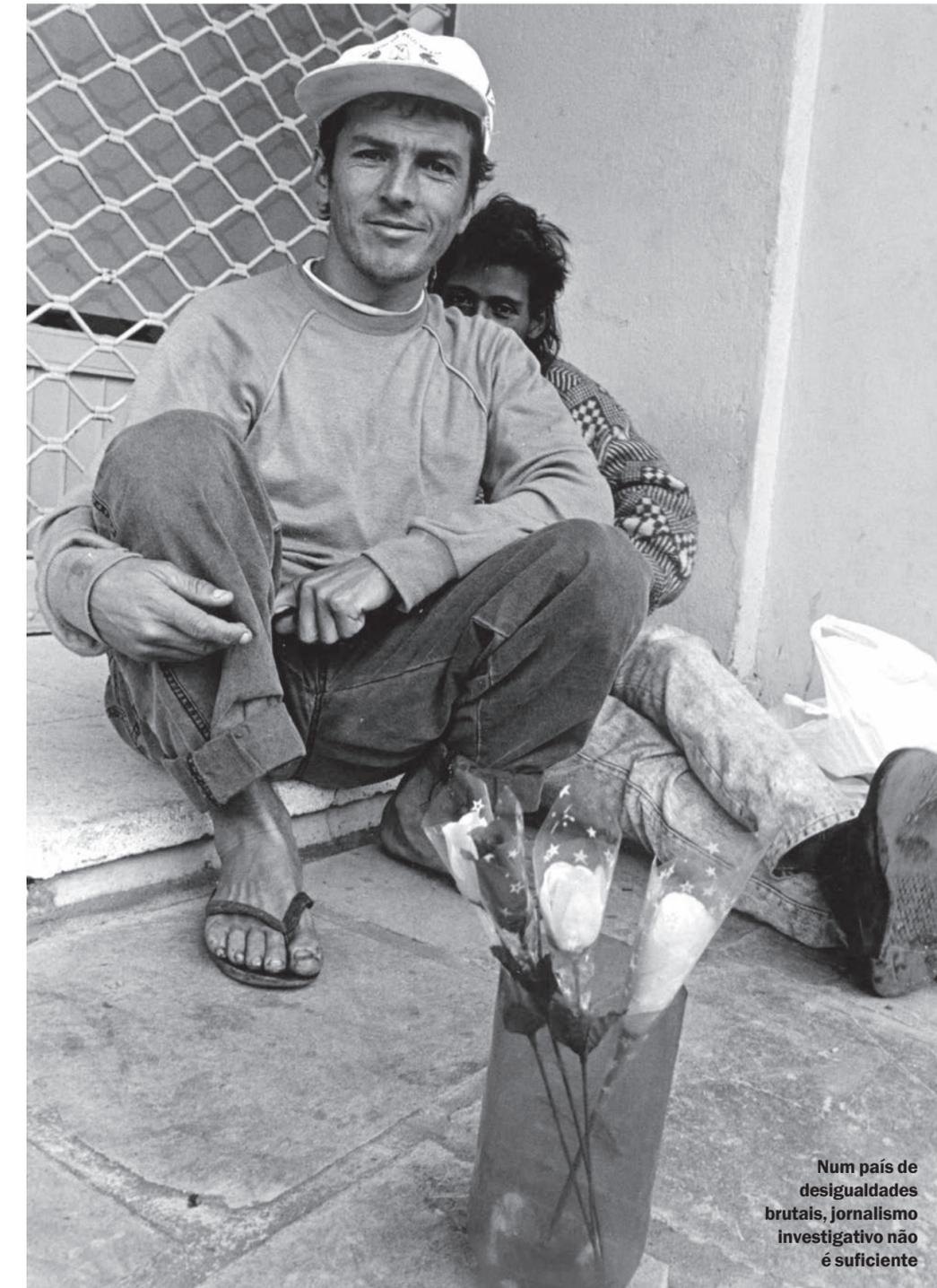
O coordenador de relações acadêmicas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), Guilherme Canela, esteve na UFRGS em maio para desenvolver ações de cooperação com a comunidade universitária, buscando ampliar as possibilidades de qualificação de estudantes de comunicação na cobertura das temáticas sociais. “Queremos lançar uma fagulha para ver se a discussão segue sozinha”, salientou o dirigente.

A iniciativa de criar um setor específico para atuar junto às universidades surgiu da crescente insatisfação de recém-formados com a falta de preparo profissional para tratar questões políticas e sociais na cobertura jornalística. Essa aproximação começou em 2003, quando a Agência realizou uma sondagem junto a professores e universidades com o objetivo de apurar formas de colaborar no debate sobre a formação profissional de jornalistas no que se refere a políticas sociais.

A partir desse contato com o meio acadêmico, a Andi desenvolveu algumas estratégias que envolvem atividades básicas como: programa de bolsas para trabalho de conclusão de curso; concurso de monografias, dissertação de mestrado e tese de doutorado; e apoio para criação de disciplinas especiais que discutam políticas sociais nas universidades. No final deste ano, a Agência realizará um colóquio para promover a ampliação das possibilidades de diálogo entre aqueles que trabalham a interface entre mídia e políticas sociais públicas. De acordo com Guilherme, a proposta é tornar o encontro um espaço regular de reflexão quanto à produção acadêmica na área.

Fabico entra na discussão – No início deste ano, a professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) Sandra de Deus encaminhou ao departamento de Comunicação ementa para a criação da disciplina *Jornalismo e Políticas Sociais Públicas*. A intenção é incluir o tema no novo currículo do curso que, até setembro, deverá ser encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) para avaliação. Dessa forma, a Fabico ingressará na discussão nacional que já existe como disciplinas na UFRJ, na UnB e na USP.

Segundo o coordenador do departamento de Comunicação da Fabico, Mário Rocha, a maior parte dos 40 professores dos cursos de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda é favorável à oferta da disciplina: “Eles consideram oportuna a idéia para a formação de profissionais que sirvam de ponte de contato



Num país de desigualdades brutais, jornalismo investigativo não é suficiente

com a sociedade”. Entretanto, o professor acredita que ainda é cedo para afirmar que o novo currículo será implantado em 2008.

Para Sandra, também secretária de Comunicação da UFRGS, a formação dos jornalistas está cada vez mais técnica, o que resulta no distanciamento crescente destes profissionais com relação à comunidade em que atuam. Neste sentido, a professora afirma que o objetivo da disciplina é discutir os problemas sociais: “Não para que os estudantes simplesmente se comovam com os fatos, mas para que entendam as questões sociais que os condicionam.” Entretanto, ela reconhece que formar jornalistas não é tarefa fácil. Se, por um lado, o domínio da técnica garante maior segurança no exercício profissional, por outro, só a técnica não basta: “É necessário compromisso social”.

Nova disciplina – Se for aprovada, a disciplina *Jornalismo e Políticas Sociais Públicas* terá caráter eletivo e será oferecida na graduação, com peso de dois créditos, tendo como pré-requisito a disciplina de Redação I. Entre os conteúdos a serem desenvolvidos, Sandra destaca: a maneira dos jorna-

listas tratarem temas como direitos humanos; as políticas sociais públicas; os espaços destinados à infância e juventude; a forma de abordar temas que contemplem e não discriminem; agendamento de questões sociais etc.

A professora comenta que a idéia de trazer a discussão das políticas sociais para a Universidade é antiga. Começou durante sua primeira gestão na direção administrativa do Fórum Nacional de Profissionais de Jornalismo, em 2002, quando passou a debater o tema junto a dirigentes da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi). Dessa aproximação, resultou o oferecimento de uma bolsa de monografia de conclusão de curso ao aluno da Fabico, Giulianer Carpes da Silva.

Contribuição ao estudo da violência: Jornal Boca de Rua e as políticas públicas para a adolescência em Porto Alegre foi o título da monografia de Carpes, orientada por Sandra. No trabalho, o estudante analisa o conteúdo do Jornal Boca de Rua, produzido desde 1999 por moradores de rua (adultos, crianças e adolescentes) e coordenado pelas jornalistas Clarinha Glock e Rosina Duarte.

Em seu relatório à Andi, o forman-

do da Fabico indaga: “Tratamento psicológico para os pais e retorno do menor para a casa da família? Internação do menor em orfanatos? Essas são medidas efetivas ou paliativas? Quais são as possibilidades de enfrentar o problema para essas crianças? Essas são algumas das muitas perguntas que ficam sem resposta. Mencionar a existência do problema é importante, mas é preciso mais, escutar especialistas, propor soluções, é necessário ir mais a fundo, discutir as causas desses problemas.”

Giulianer, 25 anos, considerou difíceis os primeiros contatos com o pessoal do jornal Boca de Rua devido à distância entre a sua realidade e a deles. “Jornalista agora trabalha mais dentro das redações do que nas ruas, e a Fabico ainda está focada na técnica, no texto, nas melhores tomadas, mas não se preocupa com o conteúdo”, observa. Para ele, a formação profissional não deve habilitá-lo apenas a denunciar os fatos: “Final de contas, todos sabemos que a desigualdade é brutal, mas que soluções queremos para tudo isto?”, questiona.

A experiência na UnB – O professor Luiz Martins, responsável pela li-

A expansão da Andi

Há 15 anos, o eixo principal de atuação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) é debater a importância da cobertura de fatos que envolvem a infância e a adolescência com os profissionais que já estão no mercado de trabalho. Guilherme Canela, coordenador de relações acadêmicas da Andi, comenta que, desde o início, os veículos de comunicação mostraram-se sensíveis às idéias defendidas pela Agência. “Num curto espaço de tempo, o saldo foi bastante positivo, aumentando consideravelmente o número de matérias, editoriais e artigos tendo como foco infância e adolescência.”

De acordo com os primeiros levantamentos realizados em 1996, quando a Andi monitorou 50 jornais brasileiros, foram contabilizados 10 mil textos sobre infância e adolescência; em 2004 esses dados passaram para 160 mil textos, representando um crescimento de mais de mil por cento. Entretanto, os dirigentes da Agência perceberam que a evolução da qualidade desta cobertura não ocorreu no mesmo ritmo. Para reverter a situação, foram desenvolvidas estratégias como seminários, cursos e edição de livros. “Ao longo deste período, mais de três mil jornalistas passaram por este processo. Salvo raras exceções, nunca haviam escutado falar sobre Direitos Humanos, Políticas Sociais ou Educação.”

Atualmente, a Andi conta com uma sede em Brasília, onde trabalham 70 funcionários, e duas redes que aplicam sua metodologia dentro e fora do país. Uma rede nacional que reúne dez estados brasileiros, e uma rede internacional, congregando organizações situadas na Bolívia, no Equador, na Colômbia, na Guatemala, na Nicarágua, no Paraguai, no Peru, na Venezuela e na Argentina. Há anos atuando na Agência, Guilherme afirma que, assim como ocorreu no Brasil, a rede latina tem atingido semelhantes índices de ampliação da cobertura do tema infância e adolescência nos países onde desenvolvem o mesmo modelo de ação da agência brasileira.



O conhecimento na ponta dos dedos

Comportamento
Estudantes da UFRGS utilizam cada vez mais a Internet para realizar suas pesquisas

Quando foi imaginada, no fim dos anos 1960, a idéia era criar uma rede entre os computadores do governo norte-americano, visando alcançar objetivos militares. A primeira rede, que ligou as duas unidades da Universidade da Califórnia, em Los Angeles e Santa Bárbara, ao Stanford Research Institute e à Universidade de Utah, em dezembro de 1969, foi o início do que hoje, quase 40 anos depois, chamamos de Internet. A rede cresceu e se consolidou como um meio através do qual é possível obter informações a partir de praticamente qualquer lugar do mundo. A velocidade com que ocorre a troca de dados alterou as relações entre as pessoas. Comunicação, negócios, comércio, cultura, turismo, arte, entretenimento, entre tantas outras atividades foram transformadas pelo advento da *web*. A educação, por sua vez, não ficou fora dessa onda. Os meios clássicos através dos quais os estudantes pesquisavam e obtinham conhecimento, como livros, artigos, ensaios e teses, não foram abolidos. As bibliotecas ainda são importantes, porém, a praticidade de pesquisar pela Internet transformou a rede em uma ferramenta fundamental. A disseminação dos computadores e a diminuição do tempo disponível para a realização de tarefas não relacionadas ao trabalho e à vida pessoal são dois dos principais fatores que contribuem para a substituição cada vez maior dos livros pelos arquivos digitais.

A Internet e suas possibilidades – No meio acadêmico, as pesquisas abrangem diversas áreas, cada qual com suas peculiaridades. A UFRGS possui 67 cursos de graduação e 138 de Pós-graduação. Portanto, a diversidade, as razões, os modos e tipos de busca variam enormemente.

O estudante do 6º semestre de jornalismo, Frederick Posselt, usa a rede com frequência para realizar suas pesquisas. Visitante assíduo do Google e dos *sites* Wikipédia e Folha Online, ele acredita que há vantagens e desvantagens em pesquisar pela



ILUSTRAÇÃO: LAURA CASTILHOS

Internet. “As principais vantagens são a gama gigantesca de informações sobre um mesmo assunto e a possibilidade de se ir direto ao ponto que se deseja ao escolher bem as palavras-chave na hora da pesquisa. Por outro lado, deve-se tomar cuidado com as fontes, pois a Internet é terra de ninguém e qualquer coisa pode ser escrita e jogada no mundo virtual”, afirma. Segundo Posselt, a pesquisa pela rede altera o processo de elaboração de um trabalho e do próprio estudo. “Certamente, ela ajuda o indivíduo a desenvolver a preguiça, e a chance de plágio se torna maior. Ao mesmo tempo, se o professor for esperto, é bem mais fácil descobrir um plágio. Mas acho que sempre perdemos, ou deixamos de desenvolver o espírito de pesquisador, ao acreditar que a Internet possui tudo o que precisamos”, observa.

A facilidade do plágio nos trabalhos acadêmicos é outro aspecto sempre lembrado quando se fala em pesquisa pela rede. É difícil encontrar quem admita a prática do CtrlC + CtrlV (seqüência de comandos que permite copiar e colar um arquivo inteiro ou trecho de arquivo), mas é inegável que ela ocorre. Segundo um estudante do curso de Direito, que pediu para não ser identificado, a cópia de materiais prontos da Internet acontece, mas a intenção principal não é enganar o professor. “De fato ocorre, não só no Direito, mas em todos os cursos. Às vezes a cobrança da faculdade, somada aos problemas no trabalho e na vida pessoal impedem

que se tenha tempo para pesquisar mais profundamente algum assunto. Em geral, não se quer enganar o professor para ele achar que sabemos muito, mas sim conseguir fazer o trabalho, entregá-lo e ganhar a nota”, afirma. Para ele, a Internet é parceira, mas também pode se tornar inimiga, dependendo da forma como é utilizada. “A cópia, normalmente, não ocorre em pontos muito importantes, que os professores devem conhecer muito bem. É preciso saber onde procurar, não se pode ir direto no primeiro *site* que aparece no Google” complementa.

Estudando na UFRGS há nove semestres e já tendo passado pelo curso de Publicidade e Propaganda, o estudante de História, Vitor Batalhone, acha que, apesar do acesso facilitado a livros e artigos acadêmicos de produção antiga ou recente na Internet, a pesquisa pela rede não exclui o uso dos meios tradicionais. “Costumo acessar a rede com frequência, mas não deixei de utilizar os meios tradicionais e inclusive aumentei meu uso destes materiais e fontes, uma vez que procuro as referências citadas nos textos encontrados na Internet em bibliotecas e livrarias”, afirma.

Para Lourenço Fonseca, estudante do 5º semestre de Direito, a pesquisa na Internet se limita a consultas à legislação e a precedentes judiciais, a conhecida jurisprudência. Lourenço entende que os livros e revistas jurídicas continuam sendo as fontes mais se-

Computadores e livros abrem janelas para o conhecimento

guras de informação para a sua área. Mesmo assim, ele observa que é bastante comum o uso da *web* para a realização de pesquisas.

“Infelizmente, a facilidade e a rapidez de acesso a informações via Internet são um atrativo para aqueles que desejam um estudo menos sério do Direito. Há um imenso material sobre a área, cuja grande maioria tem origem duvidosa”, enfatiza.

A praticidade de poder consultar *sites* a qualquer hora e em qualquer lugar é uma das grandes vantagens do material virtual em relação ao que está nas bibliotecas. A Internet deixou de ser algo acessível somente a partir de um computador pessoal ou de um *notebook*. A tecnologia na área da informática e das comunicações avançou de tal forma que em qualquer lugar que estejamos podemos nos conectar à rede. Os celulares, que no começo só enviavam e-mails e mesmo assim de modo muito precário, já acessam a rede com bastante praticidade. O surgimento dos *smart-phones* contribuiu para isso: é possível estar em sala de aula, ouvindo o professor falar, com um livro aberto sobre a mesa e com um pequeno aparelho na mão buscando no mundo virtual mais conhecimento. Se não for para substituir o que está concretamente à sua frente, que funcione como complemento.

Juliano Tatsch, estudante do 8º semestre de jornalismo da Fabico

“Ler e citar é uma coisa, copiar e fraudar é outra”

Para a professora de cinema da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), Miriam Rossini, a Internet é um bom meio para se realizar pesquisas, entretanto é necessário cuidado. “Hoje, a rede é indispensável como auxiliar de uma pesquisa acadêmica. O problema é o aluno entender que nem todos os *sites* são confiáveis. Há várias revistas acadêmicas que possuem versões eletrônicas, tornando acessíveis conhecimentos que antes ficavam muito restritos.” Miriam, porém, não abre mão da leitura dos livros por parte de seus alunos. “Muitos deixam de procurar livros para se concentrar apenas nas informações da Internet, o que é ruim, pois essas publicações em

geral não estão disponíveis na rede e não são substituíveis. Por isso, exijo que os textos e trabalhos demonstrem a leitura de livros”, enfatiza.

Sobre a ocorrência de plágio, a professora diz que dá liberdade para o estudante pesquisar na rede, mas cobra a utilização de referências. “Já recebi cópias da Internet sem referência e textos copiados de um *site*, mas referenciando outro. Certa vez, dois alunos entregaram o mesmo trabalho. Sou muito exigente com isso e, ao mesmo tempo em que estímulo a leitura de textos pela Internet, cobro a referência. Porém, quando vejo que o texto é de um *site*, procuro o endereço, anoto no trabalho e dou zero. Ler e citar é uma coisa; copiar, fraudar é

outra bem diferente”, observa.

Segundo a professora do Instituto de Psicologia, Clary Sapiro, as principais vantagens do uso da rede para a realização de pesquisas advêm da tecnologia. “A agilidade da pesquisa e o fácil acesso são vantagens compatíveis com a tecnologia e não necessariamente com a produção de conhecimento”, conclui. As desvantagens, para Clary, são oriundas da não exigência de um pensamento mais elaborado. “O raciocínio superficial, ausente de reflexão crítica, o estilo de navegação por janelas, no qual muitas vezes o aluno não sabe localizar a origem da informação e nem o sentido de vinculá-la ao trabalho, são prejudiciais ao estudo”, afirma.

“Hoje, a Internet é indispensável com auxílio na realização de uma pesquisa acadêmica. O problema é o aluno entender que nem todos os *sites* são confiáveis. Muitos deixam de consultar livros para se concentrar apenas nas informações da rede, o que é ruim.”

MIRIAM ROSSINI
PROFESSORA DA FABICO

Conhecendo a UFRGS

Aprendendo com pontes de espaguete

Por Fernando Favaretto

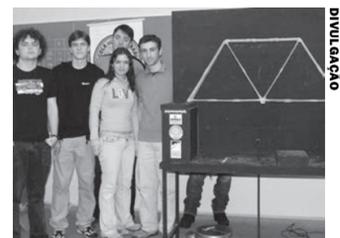
Sim, espaguete é um tipo de macarrão, e habitualmente seu uso é gastronômico. Mas em se tratando de engenhosidade e da experimentação necessárias para se qualificar o ensino de Engenharia, espaguete pode ser matéria-prima para a construção de pontes capazes de suportar um peso de mais de 80 quilos. Foi o que ocorreu recentemente durante a VII Competição de Pontes de Espaguete, um evento organizado pela Escola de Engenharia da UFRGS, uma iniciativa pioneira no Brasil. Construída pelos alunos Débora Saccaro Turella, Emerson Edinei Marodin, Everton Luis Polese, Josué Argenta Chies e Márcio Cagliari Tosin, a ponte vencedora da competição deste semestre suportou 84 quilos antes de romper.

Luis Alberto Segovia González, coordenador da competição, diz que a idéia surgiu com o objetivo de proporcionar aos alunos uma atividade de ensino que, além de ser mais divertida, permitisse ir além da formação teórica: “queríamos fazer com que eles aplicassem de forma prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, uma vez que as queixas de poucas aplicações práticas sempre foram constantes no curso de Engenharia Civil”.

Alunos de todos os cursos de engenharia que têm em seu currículo disciplinas de análise estrutural podem participar da competição, e até acadêmicos de arquitetura têm se envolvido nas últimas edições, numa demonstração do interesse que a interação entre teoria e prática desperta nos estudantes. Mesmo os que não participam da competição, acompanham a disputa com interesse e curiosidade, ansiosos pelo instante em que a ponte construída basicamente com espaguete e cola vai ceder diante de pesos que, em edições anteriores, chegaram a 156 quilos.

Inspirada em disputas semelhantes que acontecem nos Estados Unidos desde a década de 70, a Competição de Pontes de Espaguete da UFRGS tem como diferencial o uso de métodos científicos, que conduzem desde a análise das estruturas até o registro e acompanhamento de suas montagens. Além disso, o evento é transmitido ao vivo pela Internet, ampliando assim as relações da Universidade com a comunidade.

De acordo com o professor Segovia, já é possível perceber uma diminuição nos índices de reprovação e de abandono dos alunos em algumas disciplinas, o que reflete a importância de se buscar alternativas para aproximar teoria e prática para a construção de conhecimentos cada vez mais sólidos e eficientes.



DIVULGAÇÃO

Assista ao programa



Para entender melhor como funciona a Competição de Pontes de Espaguete assista ao programa *Conhecendo a UFRGS* produzido pela UFRGS TV, que será exibido no dia 31 de julho, com reprise dia 09 de agosto, às 21h30min, através da UNITV, canal 15 da NET

As caras novas da UFRGS

Comportamento

O cotidiano universitário é feito do intenso trânsito de pessoas, mas algumas vêm para ficar

Jacira Cabral da Silveira

Neste ano, a UFRGS teve seu quadro funcional ampliado com mais sete técnicos administrativos e 70 professores, sendo 59 para magistério superior e 11 para o ensino médio. Segundo a diretora da Divisão de Controle de Cargos, Júlia Mota da Silva, os concursos que deram origem a estas vagas foram realizados em 2006, e não há previsão de nova seleção deliberada pelo Ministério de Educação.

Desde de 1995, através do módulo de vagas disponibilizado no sistema integrado de administração de pessoal, o MEC está permanentemente informado a respeito das necessidades de cada Universidade Federal quanto a vagas para técnicos administrativos e para docentes. Entretanto, Júlia comenta que, no início de 2007, o Ministério solicitou às Instituições Federais de Ensino Superior um levantamento preciso sobre o número de professores substitutos, os nomeados e as vagas necessárias. O objetivo é dar autonomia às instituições para programar seus próprios concursos de seleção docente. Enquanto isto não ocorre, o bom mesmo é conhecer algumas das novas caras que já andam pela Universidade.

Ela prevê o tempo – Meteorologista formada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) com pós-graduação na USP e pós-doutorado pelo Instituto de Física da UFRGS, Rita de Cássia Marques Alves, ingressou no Instituto de Geociências da UFRGS em setembro de 2006. Uma conversa de menos de uma hora com a nova professora, lotada no departamento de Geodésia, dá a impressão de que o dia tem mais de 24h e de que o contrato de trabalho em regime 40 horas com a Universidade será pouco para tanta disposição e espírito empreendedor.

Com menos de meio ano de casa, além das disciplinas que ministra na graduação e na pós-graduação, a pesquisadora também coordena o Laboratório de Meteorologia e Qualidade do Ar, a ser inaugurado até o final deste ano. Desde sua graduação na UFPel, já morou em três capitais brasileiras, colaborando em projetos de pesquisa financiados por diferentes instituições: “Gosto de desenvolver e vender produtos que tenham aplicação prática”.

Logo após ser aprovada no concurso para docente da UFRGS, Rita de Cássia encaminhou à Finep o projeto de pesquisa *Avaliação de eventos extremos que ocorrem no estado do Rio Grande do Sul*. A proposta foi contemplada com um total de R\$ 300 mil para a instalação de estações meteorológicas no estado e a criação de 16 bolsas de estudo distribuídas entre alunos de mestrado, iniciação científica e desenvolvimento técnico industrial (DTI). A professora participa também de um segundo projeto que tem como parceira a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e procura prever o rendimento da safra agrícola utilizando modelagem numérica. Ela se considera o tipo de pesquisadora que vai atrás de recursos para viabilizar seus projetos e acha que todos ganham com isto.

Um haitiano entre nós

– Depois de 15 anos morando no Rio de Janeiro, uma das mais violentas capitais brasileiras, o engenheiro haitiano Jean Marrie Désir viveu a experiência recente de ser assaltado em Porto Alegre. Morando na capital desde março deste ano, ele demonstra tranquilidade ao falar sobre o assunto e lamenta apenas o transtorno de ter que refazer os documentos, inclusive o passaporte.

Antes de vir para o Brasil, para cursar o mestrado e o doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduou-se na cidade de Resistência, na Argentina. Nos últimos nove anos, lecionou na Universidade Estadual do Norte Fluminense, onde sua esposa gaúcha Clevis Helena permanece trabalhando. Como professor do departamento de Engenharia Civil, Jean Marrie ministra as disciplinas de Mecânica e Resistência dos Materiais e desenvolve pesquisa na área de alvenaria estrutural. Embora considere compensador trabalhar formando futuros profissionais, ele diz que é na função de pesquisador que se sente realizado. “Orientação dá trabalho, mas é desafiador. Todo dia o pesquisador quer ir atrás de uma coisa nova”.

Com sotaque carregado, Jean Marrie confessa que, quando deixou o Haiti para estudar no exterior, sua idéia inicial era retornar depois que as coi-

sas acalmassem por lá. Como isto não ocorreu, tanto ele como seus três irmãos hoje vivem em diferentes países e só retornam à terra natal para rever os pais e amigos. Na visão do engenheiro, a experiência de ter convivido com diferentes culturas o fez perceber o quanto é desaconselhável criar guetos. Pelo contrário, ele considera que é preciso aprender a adaptar-se ao ritmo de cada cidade: “mantendo a originalidade”, ressalta.

Do som da música popular – Luciana Prass não é uma cara tão nova na UFRGS, pois foi aluna do Instituto de Artes na graduação e no mestrado e agora se tornou professora da primeira vaga docente para Música Popular. Desde maio deste ano, quando foi efetivada no quadro da Universidade, divide seu tempo entre as aulas que ministra na graduação e aquelas que assiste como aluna de doutorado em etnomusicologia, linha de pesquisa que tem como ênfase músicas populares, como a indígena e a africana.

Do seu interesse pela música de origem africana resultou sua dissertação de mestrado, na qual pesquisou a ala da bateria da escola de samba Bambas da Orgia, de Porto Alegre, grupo com o qual segue trabalhando em atividade de extensão. Entusiasmada, Luciana afirma que a Universidade vive um novo tempo do qual se sente feliz de participar. Primeiro, pela ampliação da diversidade musical do currículo do curso de Música; segundo, pela aprovação das cotas raciais no Conselho Universitário: “Significa o ingresso de outras musicalidades”, argumenta.

Natural de Cachoeira do Sul, aprendeu a tocar violão aos dez anos. Além das disciplinas de Arranjos Vocais e Instrumentos e Improvisação Musical, na graduação, pretende ministrar aulas individuais de violão.

Embora jovem, Luciana já trabalhou como professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em Montenegro, e também lecionou no curso de Bacharelado em Musicoterapia do Instituto Superior de Música de São Leopoldo. Para ela, a música deve ser mais amplamente ensinada nas escolas: “É preciso desmistificar a idéia do talento inato, da pessoa que nasce com o dom. Todos podemos ser mais estimulados”.

Sob a mira da gestão – Há 12 anos, Marize do Socorro trocou a cidade de Belém para estudar em Porto Alegre. Ela veio acompanhar a irmã Marilda, transferida do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Pará para a capital gaúcha. Fez Administração na UERGS e, em fevereiro deste ano, ingressou no Mestrado em Gestão Pública da Escola de Administração da UFRGS. Há pouco mais de dois meses, assumiu o cargo de técnica administrativa na Divisão de Ingresso, Mobilidade e Acompanhamento da Pró-reitoria de Recursos Humanos da UFRGS.

Marize adaptou-se rapidamente ao Sul, até porque chegou ao estado com um grupo de amigos, também transferidos do Incra. Ela e a irmã já conhecem quase todo interior gaúcho, pois uma das predileções da família é viajar. Mas daqui para frente, a nova funcionária da Universidade, imagina que as saídas serão mais raras, pelo menos até concluir o Mestrado. Durante esse tempo, pretende investir em livros e doces, outra preferência da paraense.

Determinada, Marize calcula que até o final de 2008 defenderá sua dissertação de Mestrado e já pensa em fazer Doutorado e dar aula. Atualmente, trabalha no processo de avaliação e desempenho da Universidade, no qual tem confirmado a idéia de que toda organização tem conflito de poder, tanto no setor público como no privado: “Só o salário não traz satisfação, o poder motiva as pessoas”, comenta. Esta, inclusive, é uma de suas questões para estudo através do qual pretende trabalhar no sentido de melhorar a gestão pública.



Jean Marrie Désir
Escola de Engenharia



Luciana Prass
Instituto de Artes



Rita de Cássia Alves
Instituto de Geociências



Marize do Socorro
PRORH

Pesquisa e inovação à mostra

Cooperação

InovaUFRGS retratou a excelência da pesquisa, capacitação e pós-graduação

Caroline da Silva

A segunda edição da InovaUFRGS, realizada de 13 a 15 de junho, envolveu a participação de 800 a mil pessoas direta e indiretamente na elaboração dos projetos e organização das atividades, e teve uma divulgação que atingiu cerca de 11 mil pessoas na comunidade acadêmica. Os dados da Pró-reitoria de Pesquisa traduzem uma fluência expressiva e representativa para a mostra de pesquisa e feira de inovações, promovida juntamente com a Pró-reitoria de Pós-graduação e a Secretaria de Desenvolvi-

mento Tecnológico da Universidade. Abertos à visitação, 16 estandes de grupos de pesquisa, outros dois de incubadoras tecnológicas, um estande do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e outro temático de nanociência e nanotecnologia. Foram expostos 172 pôsteres de pesquisadores e estudantes de pós-graduação, mais 10 teses premiadas pela Capes em 2006 e outras 26 selecionadas para o prêmio desse ano.

Durante os três dias de exposição, foram programados seis painéis em torno de temas da atualidade: biotecnologia; segurança, saúde e meio ambiente; nanociência e nanotecnologia; TV digital; desenvolvimento agrário; e energia. Ao final de cada tarde, também foi planejada a exibição de um filme que retratasse um debate em voga para que, após, pesquisadores pudessem discutir a questão abordada. Esse foi o caso, por exemplo, do documentário “Uma verdade inconveniente, um aviso global”, sobre o superaquecimento do planeta.

O professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, vice-reitor e pró-reitor de Coordenação Acadêmica, disse que a UFRGS procura temas nas áreas em que

tenha excelência de pesquisa e nas quais possa aprofundar uma discussão de relevância social das questões que estão em debate na sociedade. Segundo o vice-reitor, o evento representou uma oportunidade de divulgar o que se faz dentro da Universidade, trazendo possíveis parceiros para as pesquisas. A InovaUFRGS, por ser uma feira interdisciplinar, permitiu que os pesquisadores se conhecessem e trocassem experiências, visando uma futura cooperação.

Em 2005, a mostra foi desenvolvida na comunidade acadêmica pela primeira vez. Agora, a administração universitária estuda a possibilidade de sua realização ser anual. Pedro Fonseca sinaliza: “pela quantidade de pôsteres, pelo público interno e externo, acredito que foi um acontecimento à altura das melhores expectativas”. No entanto, o pró-reitor de Coordenação Acadêmica frisa que este é o tipo de iniciativa que não se esgota em si, que gera frutos no ensino, na pesquisa e na extensão e que seus reais resultados serão sentidos na academia nos próximos meses.



TEXTO ÂNIA CHALA e JACIRA CABRAL DA SILVEIRA
FOTOS FLÁVIO DUTRA

Ações afirmativas assinalam novos tempos

Cotas

Comunidade acadêmica avalia as conseqüências da resolução aprovada pelo Conselho Universitário

Em 29 de junho, o Conselho Universitário (Consun) tomou uma decisão histórica ao aprovar o programa de ações afirmativas da UFRGS. Depois de horas de tensão e de muitas discussões, os conselheiros decidiram pela adoção de cotas raciais e sociais, sendo que a medida passa a valer já no Concurso Vestibular de 2008. O programa prevê a reserva de 30% das vagas em todos os cursos de graduação e nos cursos técnicos para alunos autodeclarados negros e egressos de escolas públicas (*leia a íntegra do documento na página ao lado*), e a criação de vagas para indígenas. O reitor José Carlos Hennemann acredita que a decisão fortaleceu o Consun e a comunidade universitária, e que o próximo vestibular da UFRGS deverá ser mais estimulante para os estudantes afro-descendentes e egressos de escolas públicas.

Durante entrevista coletiva aos órgãos de comunicação da Universidade (Jornal, Rádio e TV), o professor Hennemann disse esperar que a adoção do programa, a partir do Vestibular 2008, colabore para trazer a diversidade da sociedade para dentro da UFRGS. “Hoje, as escolas públicas têm muito mais estudantes no ensino médio do que as escolas privadas. No entanto, dentro da universidade, temos o contrário: aproximadamente 60% dos nossos estudantes vêm de

escolas privadas e 40% de instituições públicas. Portanto, a universidade não está expressando a diversidade de origem dos estudantes no ensino médio. O mesmo ocorre na parte étnica, pois o número de negros na UFRGS é bastante reduzido. Nossa expectativa é que, ao longo do tempo, passemos a ter maior representação desses segmentos”, avaliou o reitor.

Ao falar sobre as medidas em apoio aos futuros alunos cotistas, Hennemann salientou o papel das comissões de acompanhamento, além do aporte de recursos financeiros por parte do Ministério da Educação. “Estamos trabalhando para dar maior assistência não só a esses alunos, mas a todos os nossos estudantes. Isso vem sendo feito através da ampliação do restaurante universitário no Campus do Vale e da implantação do RU no Campus Olímpico. Temos também um projeto para construção de uma casa de estudantes no Campus do Vale, que disponibilizará mais de 200 vagas para aqueles com necessidade de moradia. Essas medidas terão impacto entre todos os alunos, especialmente, entre os que ingressarem através da política de ações afirmativas.”

O reitor declarou sentir-se muito

satisfeito, porque a UFRGS definiu um programa de ações afirmativas com cotas para negros sem o estabelecimento de uma comissão ou comitê racial. “Neste ponto, o Conselho Universitário foi extremamente sábio. A autodeclaração é um documento público sob a responsabilidade do estudante, que deverá ser preenchido no momento da matrícula. Se, a qualquer momento, for detectado que existiu fraude nesse processo, o aluno perderá a vaga e sua matrícula será cancelada”, frisou o dirigente, lembrando que a medida está prevista na decisão do Consun.

Desafios – Indagado sobre os alegados riscos à qualidade do ensino oferecido nos cursos de graduação, Hennemann disse que as ações afirmativas representam um desafio para a universidade. “Porém, precisamos ter muito claro que se trata de um pequeno número de alunos. Os que forem aprovados no vestibular terão atingido os índices mínimos, alcançados por aproximadamente 40% dos candidatos. O programa de ações afirmativas não é um processo que prescinde do vestibular.” Ele também entende que as dificuldades dos

cotistas poderão ser superadas através de projetos das comissões de acompanhamento.

Nesse sentido, ressaltou que as medidas afirmativas não envolvem única e exclusivamente a política de cotas: “A UFRGS realiza uma série de projetos para intensificar a formação de docentes do ensino básico, tanto no nível fundamental quanto médio. Através de nossos programas de educação a distância, temos iniciativas voltadas para professores em atividade nos vários municípios gaúchos. No começo deste ano, implantamos cinco pólos de formação de professores nas cidades de Alvorada, Gravataí, São Leopoldo, Sapiranga e Três Cachoeiras, com a participação de 400 docentes num programa de formação”. O reitor informou ainda que, em agosto, inicia um outro projeto de qualificação de educadores através da Rede Gaúcha de Educação a Distância (REGESD), formada por sete universidades do estado. “Esta é uma realização única no país, envolvendo instituições públicas federais, uma universidade estadual e mais duas comunitárias.”

Para o pró-reitor de Graduação, Carlos Alexandre Netto, o impacto

das ações afirmativas deve ser igual nos diferentes cursos: “A demanda de trabalho será a mesma para todas as comissões de graduação”. Segundo dados da pró-reitoria, os cursos novos lançados nos últimos vestibulares, como por exemplo Engenharia Ambiental e Design, tiveram grande procura e este interesse deverá se refletir também entre os cotistas. Nos seminários e debates sobre cotas, promovidos pela UFRGS em 2005 e 2006, instituições que já haviam adotado a reserva de vagas expuseram suas experiências. Conforme o professor, um dado que chamou a atenção dos participantes foi o fato de que os alunos beneficiados pelos programas passaram a optar por cursos mais concorridos, deixando de se julgarem incapazes de competir. Outro aspecto importante foi a divulgação de levantamentos mostrando que os cotistas, em sua grande maioria, tiveram um desempenho igual ou superior à média dos estudantes de cada curso. “As informações disponibilizadas pelas instituições que hoje têm cotas, que são mais de 20 em todo o país, dão conta de que não houve nenhum prejuízo aos cursos”, lembra o pró-reitor.

Alexandre Netto acredita que o sistema tende a prosperar se houver investimento do Ministério de Educação para apoio à permanência e manutenção desses estudantes. “É fundamental uma política de apoio na forma de bolsas diferenciadas. Talvez precisemos de benefícios para transporte ou para a compra de livros e outros materiais. Provavelmente haverá um aumento na oferta de bolsas, com priorização para os alunos que ingressarem através das cotas, desde que comprovada a sua necessidade. Isso é absolutamente fundamental e, sem essa precaução, ao programa de ações afirmativas não terá sentido. Da mesma forma, haverá aumento na demanda por vagas nas casas de estudante e pela ampliação dos restaurantes universitários.”



Um diálogo possível

Para a doutora em Educação, Maria Aparecida Bergamaschi, embora sejam apenas 10 as vagas para indígenas deliberadas pelo sistema de cotas da UFRGS, o ingresso destes estudantes no meio acadêmico representa uma oportunidade efetiva para qualificar o diálogo entre a Universidade e as culturas guarani e kaingang, proeminentes no Rio Grande do Sul. “É a possibilidade de dialogarmos com a totalidade cosmológica indígena,” argumenta.

Entretanto, na avaliação da docente da Faculdade de Educação (Faced), o sucesso desta convivência dependerá de como será trabalhada a questão da permanência destes brasileiros indígenas num meio eminentemente de cultura branca. Na opinião de Maria Aparecida, independente da resistência histórica desta aproximação, os professores terão papel importante na construção de um conhecimento a respeito da cultura indígena na academia.

Desde que iniciou suas pesquisas junto às tribos guaranis, a professora constatou que os indígenas são observadores, autônomos, absolutamente silenciosos e alimentam um profundo respeito pelo outro e pela natureza. Uma de suas bolsistas, ligada ao projeto de pesquisa *Educação escolar indígena*, observou que se pode passar horas em silêncio ao lado deles. Esta atitude silenciosa também foi percebida entre os representantes indígenas que participaram das duas reuniões do Consun para definir as ações afirmativas da Universidade. Enquanto os demais integrantes de movimentos pró-cotas permaneceram a maior parte do tempo de pé durante as sessões, os índios ficaram sentados, com o olhar fixo nos membros do Conselho, sem fazer qualquer comentário.

Mas a estranheza quanto ao comportamento não se dá num único sentido. Maria Aparecida lembra o relato de um cacique guarani ao retornar de sua primeira viagem à Brasília. “Está tudo em caixinas”, comentou depois de observar a disposição dos prédios da Esplanada dos Ministérios. Segundo a professora, o cacique usou esta imagem como metáfora para dizer que agora entendia como os brancos pensam, fragmentariamente, em áreas do conhecimento.

De acordo com Maria Aparecida, as comunidades indígenas têm bem claro o que desejam junto aos cursos universitários: conhecer melhor a cultura branca para qualificar o diálogo intercultural. “É uma medida estratégica, porque eles precisam formar professores para estabelecer este diálogo”.

Esta aproximação, entretanto, é parcimoniosa, comenta a pesquisadora, pois não há interesse dos povos indígenas na exposição demasiada de seus jovens a um sistema de ensino totalmente estruturado em uma outra cultura. “Historicamente, a escola para os índios no Brasil foi uma escola para. Por isso a luta por um sistema educacional próprio,” argumenta. Em 2002, a Funai divulgou que, numa população indígena de 340 mil indivíduos, 1.150 têm curso superior. Deste total, 706 na rede privada e 444 na pública. No Rio Grande do Sul, há 15 anos a Unijuí oferece vagas a estudantes indígenas. No primeiro ano, foram apenas dois alunos e hoje existem 55 matriculados.

Para José Cirilo Piris Borinico (foto na página ao lado), cacique de uma das aldeias guaranis da Lomba do Pinheiro o cacique geral do estado, é importante a oferta de vagas para estudantes indígenas nas universidades públicas para que eles aprendam “o português e a matemática”. Entretanto, ele sustenta que todo esse aprendizado deve reverter para a aldeia de origem do estudante a fim de melhorar a qualidade de vida do povo indígena. Segundo Cirilo, não é o que costuma acontecer, tanto entre estudantes da cultura indígena quanto da branca: “Eles parecem mais preocupados com o dinheiro que vão receber do que em preservar suas culturas”.

Conselheiros debateram por mais de seis horas



“Levei anos para reconhecer a condição negra”

Vera Rosane Rodrigues de Oliveira, há 14 anos servidora da UFRGS, defendeu no final de 2006 sua dissertação de mestrado com o tema *Políticas públicas e ações afirmativas na formação de professores: cotas uma questão de classe e raça – processo de implantação da lei 73/1999 na UFRGS*. Membro ativo do Movimento Negro Unificado, ela considera vitoriosa a luta pela reserva de vagas na Universidade, resultado de três anos de debate, reunindo representantes negros e indígenas, mas entende que esta foi apenas uma das etapas do processo de implantação das cotas na UFRGS.

Na opinião da militante, a instituição só vai avançar na discussão étnica, quando se apropriar da contribuição que o saber negro pode dar à academia. Contribuição que passa pelo reconhecimento da importância que a religiosidade tem para a cultura afro-brasileira, como ficou evidente com as presenças do babalorixá (pai-de-santo) e da yalorixá (mãe-de-santo) nas duas reuniões do Conselho Universitário na votação do sistema de cotas: “A presença deles fez do manifesto uma cerimônia”, atesta.

Agora, a preocupação da servidora é com relação às brincadeiras na recepção dos calouros no próximo vestibular, quando ingressarão os primeiros cotistas na Universidade. Ela receia algum tom de racismo, caso não sejam tomadas medidas prévias. Ainda neste ano, Vera dará início à sua pesquisa de douto-

rado em Fortaleza e terá como orientador o professor Henrique Cunha Junior, reconhecido teórico brasileiro sobre racismo. Seu objeto de estudo será o ensino da história da África e da verdadeira história do negro no Brasil, tendo como foco a formação de professores.

“Levei anos para reconhecer a condição negra”, confessa. Foi através de suas investigações acadêmicas, que Vera pode entender por que 50% da população negra no Brasil não reconhece o que é ser negro em uma sociedade de classes.

De acordo com a pesquisadora, a criança só percebe que é negra quando entra na escola. Mas saber o que isso significa numa sociedade discriminatória, é tarefa ainda mais difícil. Ao aprofundar o caráter subjetivo do problema em seus estudos de mestrado, Vera concluiu: “Racismo é o conjunto de fatores superestruturais e ideológicos, que faz com que as pessoas sintam-se inferiores”.

Uma das conseqüências disso é a desigualdade no mundo do trabalho. De acordo com dados apurados por Vera, uma mulher branca ganha o correspondente a 50% do salário de um homem branco, o homem negro 50% do salário desta, e as mulheres negras recebem um terço do salário de um homem negro. “Se não combatermos os dois processos de discriminação (pobreza e raça) de forma combinada, sempre haverá um que vai se sobrepor ao outro.”



Manifestações no saguão da reitoria marcaram o dia da reunião do Consun

Programa de Ações Afirmativas na UFRGS – Decisão nº 134/2007

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatas indígenas.

Art. 2º – Este Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas tem por objetivos: I – ampliar o acesso em todos os cursos de graduação e cursos técnicos oferecidos pela UFRGS para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e para candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, mediante habilitação no Concurso Vestibular e nos processos seletivos dos cursos técnicos;

II – promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário;

III – apoiar estudantes, docentes e técnico-administrativos para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais;

IV – desenvolver ações visando a apoiar a permanência, na Universidade, dos alunos referidos no Art. 1º mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico.

Art. 3º – A modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas é constituída pelo conjunto de critérios e de procedimentos estabelecidos nesta Decisão e que serão integrados àqueles já adotados pela UFRGS, no Concurso Vestibular, para preenchimento de vagas dos cursos de graduação e nos processos seletivos dos cursos técnicos.

Art. 4º – A reserva de vagas ficará em vigor por um período de cinco anos, sendo avaliada anualmente, e poderá ser prorrogada, a partir da avaliação conclusiva, que será realizada no ano de 2012.

Art. 5º – Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação da UFRGS serão garantidas, no mínimo, 30% (trinta por cento) para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio.

§1º - Entende-se por egresso do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio o candidato que cursou com aprovação em escola pública pelo menos a metade do Ensino Fundamental e a totalidade do Ensino Médio.

§2º - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos egressos do ensino público, previstas no *caput* deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular. No momento da matrícula, o candidato aprovado deverá apresentar à Comissão de Graduação - Comgrad do Curso em que foi aprovado, certificado de conclusão e histórico escolar de todo o Ensino Fundamental e Médio, reconhecido pelo órgão público competente, que comprovem as condições expressas neste Artigo.

Art. 6º – Do total das vagas oferecidas aos candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, conforme estabelecido no *caput* do Art. 5º, no mínimo a metade será garantida aos estudantes autodeclarados negros, sem prejuízo ao disposto no §3º do Art. 10.

Parágrafo único - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos negros, previstas no *caput* deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal, deverá as-

signalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular e registrar a autodeclaração étnico-racial no espaço previsto para tal no formulário. Caso aprovado, no momento da matrícula, o candidato deverá, além de apresentar os documentos exigidos no §2º do Art. 5º, assinar junto à Comgrad a autodeclaração étnico-racial feita por ocasião da inscrição no Concurso Vestibular.

Art. 7º – Serão respeitadas as mesmas proporções designadas nos Artigos 5º e 6º para as vagas oferecidas nos processos seletivos dos cursos técnicos.

Parágrafo único - Os procedimentos serão objeto de regulamentação específica.

Art. 8º – O candidato que prestar informações falsas relativas às exigências da presente Decisão estará sujeito, além da penalização pelos crimes previstos em lei, à desclassificação do Concurso Vestibular ou dos processos seletivos dos cursos técnicos e ter, em conseqüência, sua matrícula recusada no curso, o que poderá acontecer a qualquer tempo.

Art. 9º – Todos os candidatos habilitados no Concurso Vestibular para os cursos de graduação serão ordenados em uma classificação geral por curso, conforme pontuação obtida, independentemente de sua habilitação quanto ao disposto no Art. 1º desta Decisão.

Art. 10 – Os candidatos habilitados no Concurso Vestibular egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, que não forem classificados nas vagas universais, serão ordenados sequencialmente em cada curso.

§1º - Da relação assim obtida, serão classificados os candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio até perfazerem o percentual de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) estabelecido no *caput* do Art. 6º.

§2º - O percentual de vagas restante será destinado aos candidatos que se autodeclararem negros.

§3º - No caso de não haver candidatos em condições de preencher as vagas garantidas a negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, estas serão preenchidas por candidatos não negros oriundos de escolas públicas. Se ainda restarem vagas as mesmas voltarão ao sistema universal por curso.

Art. 11 – Caberá ao Reitor nomear Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas, ouvidos o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Cepe e o Conselho Universitário - Consun, que terá como atribuição propor medidas a serem implementadas, a partir do primeiro semestre de 2008, no sentido de apoiar e dar assistência a esses alunos.

Parágrafo único - A Comgrad de cada curso deverá acompanhar os alunos do Programa de Ações Afirmativas, propondo medidas à Comissão de Acompanhamento.

Art. 12 – No ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo Cepe, ouvidas as comunidades indígenas e a Comgrad dos cursos demandados. A partir do ano de 2009 este número de vagas poderá ser alterado.

§1º - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico.

§2º - As vagas para indígenas serão criadas, anualmente, especificamente para este fim. Aquelas que não forem ocupadas serão extintas.



As tensas relações entre comunicação e política

Concessões

Desde o caso RCTV na Venezuela, o mundo pensa os conglomerados de mídia

Caroline da Silva

Quando o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, não renovou a concessão da Radio Caracas Televisión (RCTV), cortando o sinal da emissora, iniciou-se uma série de discussões sobre os sistemas de comunicação. No último dia 16, a empresa, agora com o nome de RCTV Internacional, voltou a transmitir via cabo e satélite por assinatura através das operadoras Directv, Inter, NET Uno e Planet Cable. No espaço antes destinado ao canal de Marcel Granier, entrou a emissora estatal Fundação Televisora Venezuelana Social (Tevez), com a conotação do espanhol *te ves* (“você se vê”). O governo chavista denominou o novo veículo como “a primeira televisão pública da Venezuela”.

Nos últimos meses, o governo federal também tem aventado a possibilidade de implantação de uma emissora desse tipo no Brasil. Contra os que asseguram que o presidente venezuelano está impondo censura, especialistas respondem que não há maior ameaça à democracia do que os conglomerados de veículos comandados por políticos brasileiros. A Constituição brasileira, além de garantir a liberdade de expressão em seu artigo 220, também dispõe, no inciso 5º, que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.

Segundo o secretário-executivo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), doutorando em Ciência Política da UFRGS e jornalista, Pedro Luiz da Silveira Osório, a resolução de Chávez não se caracteriza como censura. Ele diz que a decisão estatal de conceder um serviço mediante determinadas regras, como acontece com o saneamento ou o transporte, é unilateral. “O Estado tem o legítimo direito de retirar essa concessão quando se encerra, isso é cristalino e não há nenhuma dúvida no Direito Administrativo sobre esse aspecto em qualquer parte do mundo”. No entanto, o jornalista considera que o presidente venezuelano errou o *timing* político. Mesmo estando amparado legalmente, propagou muito essa atitude, contribuindo para a criação de um movimento de resistência e para que o ato ficasse revestido como decisão de caudilho, despropositada e autoritária. “Chávez não fechou o canal, só não renovou uma concessão, tanto que a pessoa jurídica que a detinha até então deixou de operar, mas ainda está transmitindo”, esclarece o doutorando da UFRGS.

A tevê pública – Integrante do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), Osório explica que o Brasil tem uma herança de televisão pública obsoleta: “A TV Educativa é um legado do governo militar, que organizou o sistema de

telecomunicações no país de maneira muito eficiente. Criou-se um tipo de tevê ligada ao Estado, mas que não pode concorrer no mercado, por pressão das emissoras comerciais e que transmite um conteúdo sem graça”. Para o pesquisador, trata-se de uma visão ultrapassada de educação, pois a transmissão de material educativo, de grandes clássicos, de programas que fujam ao entretenimento mais popular, não funciona.

Na Venezuela, a Tevez começou a transmitir na madrugada de 27 de maio, menos de meia hora depois do sinal da RCTV ter sido cortado. Nos primeiros minutos de transmissão, a nova emissora veiculou uma versão do hino nacional regida pelo maestro Gustavo Dudamel e uma festa de gala. O governo divulgou que a Tevez não iria produzir de pronto, apenas administrando os materiais que adquirisse. O doutorando em Ciência Política da UFRGS especula que a Tevez realmente deva ter um conteúdo improvisado, já que ninguém monta um canal de uma hora para outra. A RCTV detinha 80% da audiência do país, mas Osório acredita que a nova programação conseguirá manter a abrangência: “Acho que Chávez não pretende transformá-la em uma TV estatal, do tipo propaganda, porque esse é um modelo esgotado”.

Público X estatal – “A aplicação desse conceito em comunicação é mais complicada, porque não se pode negar a um governo o direito de se comunicar. Presumir que o Estado não representa a sociedade, seria negar sua existência”, argumenta Osório. A ideia do estatal surge historicamente para assegurar a defesa do público em relação ao avanço dos interesses privados. Nos dias atuais, não se pode imaginar um Estado que não se comunique. O secretário-executivo do FNDC defende que condenar um governo por pretender deter canais de comunicação é, de antemão, privá-lo do direito de fazer essas transmissões e também uma forma de deixar as televisões públicas ou estatais que já existem sem um critério específico de gestão.

As TVs educativas, transmitindo a “alta cultura” estão condenadas a viver à míngua, já que os governos deixam de investir nesses aparelhos. Segundo o pesquisador, tanto a televisão pública como a estatal tem uma forte participação do Estado. A distinção estaria na predominância: “Denominamos de estatais aquelas em que o Estado é hegemônico; já as emissoras nas quais prevalecem os interesses da sociedade são chamadas de públicas”. Mesmo assim, ele acredita que o Estado tem responsabilidade para com a rede pública, pois precisa fomentar um tipo de televisão diversa da TV estatal, que só vai nascer induzida por investimentos na diversidade cultural e no aperfeiçoamento educacional da população brasileira, visando à consolidação da identidade nacional. Por outro lado, a televisão pública deve ter autonomia para não ser prisioneira da audiência, como acontece na rede comercial.

Em maio, durante o I Fórum Nacional das TVs Públicas, promovido pelo Ministério da Cultura, o governo federal anunciou a criação de sua televisão pública, sem que até hoje tenhamos conseguido distinguir o



O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

A Lei n. 9.612, de 19-2-1998, institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e o Decreto n. 2.615, de 3-6-1998, aprova seu regulamento.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e quinze para as de televisão.

FLAVIO DUTRA

O valor da pluralidade

“Avalio negativamente, por princípio, a decisão do governo da Venezuela, que considero personalista, atrasado e autoritário. Defendo a liberdade de expressão e acho que, independentemente dos argumentos oficiais usados por Chávez para justificar sua decisão, o que realmente o motivou foi o desejo de manter calada a oposição e sob controle os meios de comunicação dependentes de concessão do Estado. Problemas fiscais ou a participação dos proprietários da RCTV na tentativa de golpe de Estado são apenas pretextos, porque são situações que poderiam ser questionadas na Justiça.”

Acredito que o fato de o Estado (venezuelano, brasileiro ou qualquer outro) ter o poder de concessão nos serviços de radiodifusão não dá aos governos o direito de intervir nas suas políticas editoriais ou lhes impor censura. A democracia não pode prescindir da oposição, da livre expressão da pluralidade das opiniões existentes na sociedade. Para se contrapor às críticas e/ou calúnias de parte da mídia, à alegada ‘má conduta’, bastaria o governo usar os meios legais e oficiais de que dispõe, além de apresentar a sua versão dos fatos na imprensa que lhe é simpática.

Causa-me grande estranheza, além de preocupação, ver segmentos importantes da comunidade acadêmica, geralmente crítica, alinhados à posição chavista.”

Contribuição da Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS

política precisa da mídia, por causa da visibilidade e da possibilidade de se criar um tipo de esfera pública. “Contudo, os políticos deveriam ter uma ação mais voltada para a realidade do que para atender as demandas da mídia, interferindo na criação de políticas para a comunicação”. Ele ressalta que a mídia é importante porque reflete o direito do público saber o que acontece e vem se autonomizando perante a sociedade. Os políticos, por seu turno, demonstram um temor exacerbado em relação ao poder que a mídia alcançou.

Segundo Osório, em algumas regiões do país, há feudos que podem ser claramente distintos. “Pegamos o clássico ACM ou Sarney: eles têm a principal televisão e rádio, o jornal de maior circulação, investimentos na área de entretenimento, são sócios do maior clube de futebol, têm representantes nos bancos, nas empreiteiras...” Para o dirigente do FNDC, isso é reflexo da falta de regulação: “A regulamentação americana, por exemplo, proíbe quem tem a TV de maior audiência de ter a rádio de maior audiência e o jornal de maior circulação.” Conforme o pesquisador, além de faltar lei, o governo brasileiro carece também de compreensão sobre o papel da comunicação.

estatal do público. “Essa confusão se formou por falta de uma política de comunicação do governo. O próprio presidente, ao dizer que não seria uma TV chapa branca, desqualifica as emissoras já existentes, como se todas não tivessem credibilidade”, critica Osório.

O quarto poder – “Hoje, os meios de comunicação, a rigor, não têm regulação alguma”, alerta o secretário-executivo do FNDC. Para Osório, a discussão sobre Chávez, quando transposta para o Brasil, faz questio-

nar como esse processo se dá aqui. “As concessões têm sido renovadas de maneira automática. Agora, existe uma sub-comissão na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, que discute o critério das outorgas. Mas não há um tipo de regulação. A Constituição de 1988 retirou do presidente o poder de distribuir novas concessões e entregou-o ao Congresso, mas a habilitação envolve características técnicas e econômicas, que não refletem os interesses da comunidade.”

O jornalista admite que existe uma relação inescapável, uma vez que a



O que muda com a construção da usina de Angra 3

Energia

Pesquisadores da UFRGS analisam decisão governamental e apontam prioridades na política energética

Ânia Chala

No final de junho, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu retomar as obras de construção da Usina de Angra 3. Aprovada por sete dos oito ministérios que compõem o órgão, o reinício das obras paralisadas desde 1986 deve ocorrer ainda este ano. O único ministério a votar contra foi o do Meio Ambiente. A decisão ainda depende da licença ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sendo que os investimentos podem chegar a R\$ 8 bilhões. De acordo com o texto do Plano Decenal de Energia 2007-2016, divulgado pelo Ministério de Minas e Energia, a usina nuclear entrará em operação em janeiro de 2014.

Para o professor do Instituto de Química, Dimitrios Samios, o investimento na energia nuclear deve ser analisado dentro da conjuntura atual. “O Brasil teve várias oportunidades históricas e não soube aproveitar algumas delas, como por exemplo, durante o ciclo da borracha. Naquela época, desperdiçamos uma excelente oportunidade que teria nos levado à liderança na área dos elastômeros ou dos plásticos. Hoje, poderíamos ter grandes companhias brasileiras nessas áreas, como acontece na Europa e nos Estados Unidos.”

Na opinião do pesquisador, o país pode assumir a dianteira na área da energia oriunda de fontes renováveis graças à competência nacional no agronegócio e no desenvolvimento de biocombustíveis. “Por isso, embora não seja contrário à tecnologia nuclear, acho que ela não é prioritária. Para resolver a questão do abastecimento de energia num país em crescimento, a melhor aposta são os biocombustíveis, pois assim o Brasil fará grandes investimentos nas áreas em que tem naturalmente mais riquezas”, diz o professor.

Samios argumenta que estamos em desvantagem frente aos europeus e americanos em termos de energia nuclear e que não poderemos alcançar a tecnologia dos países desenvolvidos em dois, três, quatro ou cinco anos. “Porém, se mantivermos a liderança na pesquisa de fontes alternativas de energia, teremos condições de assumir o mando mundial nesta área, e isto é muito importante por questões estratégicas, econômicas e também sociais”, conclui.

Investimento indispensável – Fernando Zawislak, professor aposentado que atua como colaborador junto ao Instituto de Física, avalia que a energia de origem nuclear é indispensável e que será muito difícil o país continuar crescendo sem investimentos nesta área. “Houve um período de forte preocupação dos governos e da sociedade em geral com os resíduos radioativos de vida longa e com os riscos de acidentes nucleares. Porém, hoje existem reatores novos, nos quais não haverá perigo de explosão e os resíduos terão vida mais curta.”

Ao longo de seus quase 50 anos de carreira, Zawislak integrou uma co-



Para alguns cientistas, usinas nucleares podem ser um bom investimento

missão criada pela Sociedade Brasileira de Física para estudar o problema da energia nuclear e, em 1987, participou de um grupo liderado pelo professor José Israel Vargas para avaliar o Programa Nuclear Brasileiro. Naquela época, visitou todas as instalações nucleares existentes no Brasil, inspecionando reatores, centrífugas e outros equipamentos.

O físico experiente não tem dúvida: “O país irá precisar de energia nos próximos anos. Por isso, sou a favor da conclusão de Angra 3, como sou favorável a que o Brasil compre os quatro ou cinco reatores de que irá precisar na próxima década”. No entanto, considera que é fundamental iniciar de imediato o projeto de construção de um reator nacional para que, em paralelo com a compra, passemos a formar profissionais qualificados nesta área. “Temos competência para isso e não devemos ficar na dependência de outros países. É crucial iniciar imediatamente um projeto que resulte na construção de um reator de potência média. Além disso, as universidades brasileiras devem voltar a prestigiar a física, a engenharia e a química nuclear. Físicos fazem grandes descobertas, mas se não tivermos bons engenheiros não há como aplicar. Nosso grande problema é a falta de bons engenheiros e isso vale também para a área nuclear.”

Segundo Zawislak, em 10 anos, teríamos condições de construir um reator com tecnologia inteiramente nacional. Em termos de degradação ambiental, ele ressalta que a diferença entre um reator nuclear e uma usina hidrelétrica que alaga milhares de quilômetros quadrados, inutilizando terras para agricultura e alterando o ecossistema, é muito grande. “É claro que necessitamos de um cuidado especial com o lixo atômico, mas hoje dispomos de tecnologias seguras para a guarda deste material e há boas perspectivas de que se aniquilem os isótopos de vida muito longa dentro do próprio reator. Nos Estados Unidos já existe a proposta de um novo reator operado com um acelerador de partículas que dispensa o uso de urânio.”

O professor finaliza dizendo que de nada adianta comprar máquinas e não ter gente qualificada e preparada

dentro de casa para fazer esses equipamentos funcionarem. “O programa nuclear brasileiro foi abandonado e tem que ser retomado agora, com a colaboração das universidades e dos vários institutos que se dedicam à pesquisa nesta área.”

Reatores inovadores – Coordenador do grupo de pesquisa em Energia Nuclear e Globalização, Farhang Sefidvash acredita que a retomada da construção de Angra 3 é uma boa decisão dentro do momento vivido pelo país. “O Brasil investiu e gastou tanto num projeto que ainda não foi concluído. Sabemos que precisamos de energia, portanto, é importante concluí-lo para não perdermos ainda mais o investimento feito”, diz o pesquisador do departamento de Engenharia Nuclear.

Paralelamente, ele defende que uma fração dos gastos com a construção da usina deva ser destinada para a pesquisa e desenvolvimento de reatores nucleares inovadores. Só assim, imagina que o país poderá ingressar numa nova era da energia nuclear com reatores totalmente seguros, compatíveis com o meio ambiente e aceitos pela opinião pública. Sefidvash acha importante a utilização de reatores inovadores, respeitando os novos critérios estabelecidos pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) como, por exemplo, o projeto do Reator Nuclear a Leito Fluidizado, que está sendo desenvolvido na UFRGS.



Embora sendo uma das formas de energia mais limpas, a pressão de grupos ambientalistas fez com que alguns países europeus interrompessem o desenvolvimento de sua matriz nuclear. Países como Bélgica, França e Lituânia têm pesquisas na área de depósitos de rejeito nuclear”

ROMMULO VIEIRA CONCEIÇÃO

“Energia nuclear é mais limpa”

O professor do departamento de Geologia, Rommulo Vieira Conceição diz que vivemos um momento político no qual os países têm noção da provável escassez de energia e, ao mesmo tempo, da sua necessidade para promover o crescimento de uma nação. “Por outro lado, todos precisam procurar matrizes energéticas que sejam econômicas, sustentáveis e não agridam o meio ambiente.”

De acordo com o geólogo, que está desenvolvendo um projeto junto ao escritório da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) em Porto Alegre, a retomada dos investimentos em Angra 3 marca a reativação da política nuclear brasileira, que se volta para todo o ciclo de produção do combustível: da mineração até o produto final, enriquecido e encapsulado, para funcionamento das usinas Angra 1, 2 e 3. “Com a capacidade que tem, em cerca de 15 anos, o Brasil, que hoje ocupa o sexto lugar em termos de reservas mundiais de minério de urânio, será um dos países de ponta na produção deste tipo de energia.”

Ele também chama a atenção para o fato de que a reserva de minérios que signifiquem matrizes energéticas nucleares só podem ser exploradas por estatais, fazendo com que o lucro de toda essa matriz tenha retorno direto para a nação. “Mas a Vale do Rio Doce (antiga estatal e hoje multinacional) e a Rio Tinto (multinacional) estão tentando mudar a legislação brasileira para que também possam explorar o minério. Isso deve ser examinado de perto pela

população e pelos políticos brasileiros. Além disso, o desenvolvimento de pesquisas pode gerar meios de beneficiamento do tório, elemento no qual o Brasil pode ser um líder de reserva do minério. Trabalhos nesse sentido trazem avanços tecnológicos, e quem tem pesquisa e tecnologia torna-se líder mundial.”

Conceição afirma que a energia nuclear é uma das fontes energéticas mais eficientes e limpas que existem para abastecimento em grande escala. “James Lovelock, cientista que contribuiu decisivamente para o combate ao efeito estufa, disse em reportagem da *Scientific American* (edição especial, 2007) que, em comparação ao carvão, ao gás natural e ao petróleo, a energia nuclear produziria zero de gases nocivos ao efeito estufa, zero de partículas atmosféricas e alguns baldes de dejetos nucleares.” O geólogo acrescenta que, embora o lixo radioativo demore muito tempo para se decompor, a radioatividade mais perigosa se perde em poucos anos, ao passo que o lixo gerado por outras matrizes energéticas, inclusive o álcool, produzem gases nocivos que provocam o efeito estufa em grandes proporções. “Pesquisas com barreiras geoquímicas para o lixo nuclear estão bastante desenvolvidas em vários países que usam essa matriz. Desastres como o ocorrido na usina de Chernobyl, em 1986, decorrem da negligência humana, fator que pode provocar acidentes em qualquer setor energético, com consequências tão ou mais dramáticas que aquele.”



Simulação da futura usina de Angra 3

ELTRONUCLEAR



O alto preço das megalivrarias

Mercado editorial
Pequenas editoras agonizam diante da baixa margem de lucro

Marcelo Spalding*

“Na América Latina, a liberdade de expressão consiste no direito ao resmungo em algum rádio ou em jornais de escassa circulação. Os livros não precisam ser proibidos pela polícia: os preços já os proíbem”. A célebre frase de Eduardo Galeano pode não valer de todo para os dias de hoje, quando a América Latina redescobriu a esquerda e a polícia não consegue proibir sequer o tráfico, mas o preço do livro está longe de ser uma questão resolvida.

Como num jogo de cabo de força, por um lado os leitores, especialmente os estudantes, se queixam dos altos preços dos livros. Por outro, os escritores reclamam da míngua percentagem dos direitos autorais, enquanto o governo alega que não há impostos sobre o livro e as editoras dizem que nunca trabalharam com margens de lucros tão pequenas, inviabilizando seus negócios. A este respeito, o editor Jakzam Kaiser, da Letras Brasileiras, chega a afirmar que “tirando as grandes editoras, que estão no negócio há muito tempo, e têm grande capital acumulado e *best-sellers* no seu catálogo, a maioria dos demais editores estão perseguindo algum sonho”. Mas por que, então, o livro segue com preços proibitivos para a maioria da população?

Lais Chaffe, escritora e editora da Casa Verde, acredita que o principal problema é a alta margem de lucro das livrarias e que não adianta virem com a choradeira do preço do papel: “sabemos que algumas livrarias chegam a ficar com 50% do preço de capa, ou seja, nos 50% restantes é preciso incluir todos os custos do livro, além da percentagem do distribuidor”. Lais acha, portanto, que o livro poderia, sim, ser bem mais barato se essas margens de lucro fossem menores. O editor da WS, Walmor Santos, concorda que o grande responsável pelos altos custos seja a comissão das livrarias, especialmente as localizadas nos shoppings, onde os custos de aluguel e condomínio são altíssimos.

Novo no mercado e com uma proposta de âmbito nacional, Jakzam Kaiser nos dá detalhes deste problema, comparando a antiga equação do preço de capa do livro, em que o distribuidor ficava com 20%, o livreiro com 30%, o autor com 10%, a editora com 20% e os custos gráficos com 20%, com os percentuais dos últimos tempos, a partir da entrada das grandes redes no mercado. “A Siciliano, por exemplo, impôs um desconto de 55% a 60% para comprar livros e só compra do distribuidor (atacadista), nunca direto da editora. Resultou disso que as editoras acabaram no Brasil. De forma prática, para a Letras Brasileiras pôr suas publicações na Siciliano temos que vender o livro com 60% de desconto sobre o preço de capa para um dos três grandes atacadistas de SP”, desabafa Kaiser, concluindo que a editora, que ficava com 40% para pagar os custos de produção, suas despesas operacionais e tirar seu lucro, viu esta participação



A entrada das grandes redes influi na composição atual do preço do livro

FLAVIO DUTRA

ALTERNATIVAS NO MUNDO VIRTUAL

Estante virtual

(www.estantevirtual.com.br): Sugerido pela professora do Instituto de Letras Márcia Ivana de Lima e Silva, o Estante Virtual reúne centenas de sebos de todo o Brasil num sistema de busca único, totalizando atualmente mais de um milhão de títulos. Além disso, os internautas também podem pôr seus livros à venda.

Biblioteca Nacional

(www.bn.br): O site da Fundação Biblioteca Nacional reúne uma grande quantidade de obras que caíram em domínio público para *download* gratuito no Acervo Digital. No catálogo há desde romances de Machado de Assis até partituras de Beethoven

cair para 30% (em geral o preço de impressão fica com 20% destes 30%). “Se o mercado funcionasse como há 15 ou 20 anos atrás, certamente nós teríamos condições de imprimir tiragens maiores, e só isso já reduziria o preço do livro”, completa o editor.

A entrada das grandes redes e a consequente mudança do mercado (as grandes redes, basicamente, querem ter nas prateleiras só *best-sellers*) tem influência decisiva na composição atual do preço do livro também porque elas sufocam os livreiros tradicionais. Kaiser usa uma analogia muito interessante a esse respeito: “pense em marcas de pneus, por exemplo. Você vai se lembrar de uma dúzia, mas quantos pontos de venda de pneus existem? O mercado editorial é exatamente o contrário: pense numa lista de editoras de Porto Alegre (ou puxe esta lista da Câmara do Livro). E aí pegue uma lista de livrarias. Você vai verificar que possivelmente existem mais editoras que livrarias”.

Sonia Goldfeder, assessora de imprensa da Livraria Cultura, diz que “o custo do livro no Brasil continua alto, sobretudo por conta da baixa tiragem das edições”. Mas, quando questionada sobre a maior margem de lucro cobrada pelas megalivrarias em comparação às livrarias tradicionais, limita-se a dizer que tal informação não procede, não revelando as supostas percentagens.

Consolidação das megalivrarias

— Leitores das grandes capitais já estão acostumados com as megalivrarias, verdadeiros templos do mercado livreiro em que se compra com cartão de crédito, acumula-se pontos no programa de fidelidade, encomenda-se livros pelo computador e frequenta-se sessões de autógrafos. Mirres Bender, por exemplo, estudante de mestrado em Literatura da UFRGS, diz que compra muito na Livraria Cultura ainda que não perceba diferença no preço de loja, pois “a Cultura oferece um atendimento que, na minha opinião, agrega um valor dificilmente compensado pelo preço de qualquer outro lugar onde já comprei”. O escritor Jaime Vaz Brasil é outro que opta pela Livraria Cultura devido à variedade de títulos, assim como a poeta Maria Carpi, acostumada a encomendar livros que ainda não estejam à venda em Porto Alegre.

Mas não é só pela comodidade e pelo atendimento que tais livrarias consolidam seu espaço, é fundamental para isso o fato de elas conseguirem manter em estoque uma quantidade de exemplares muito maior do

que as livrarias tradicionais, algo fundamental numa época em que se imprime tantos e tantos livros. Em estudo sobre a cadeia produtiva editorial (disponível em www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/ebook.asp), Fábio Sá Earp e George Kornis chamam a atenção para este crescimento da publicação — e a queda do lucro das editoras nos últimos anos. Sobre a primeira questão, afirmam que o mercado mundial de livros edita anualmente em torno de um milhão de novos títulos, o que representa uma obra a cada 30 segundos, ou 167 títulos por milhão de habitantes — apenas como comparação, em 1450 era publicado 0,2 título por milhão de habitantes e, em 1950, 100 títulos por milhão de habitantes. Segundo o estudo, “uma grande livraria, mesmo nos maiores mercados, tem 30 mil títulos em seu estoque — cerca de 3% dos que foram impressos apenas em um ano —, enquanto uma livraria de pequeno porte opera com três mil títulos”.

Claro que não se pode atribuir o preço dos livros apenas à presença e consolidação das megalivrarias, e não podemos esquecer ainda que alguns não consideram que o preço do livro esteja alto, lembrando das edições de bolso, como as da L&PM e da Cia das Letras, e comparando o preço de um exemplar de um livro com o ingresso de um show de qualidade, por exemplo. Mas é inegável que há um descompasso entre o esforço que as instituições e de alguma forma até os governos fazem pela leitura e o preço desanimador das prateleiras.

A alternativa apresentada, além dos sebos, é a compra pela internet. A professora do Instituto de Letras da UFRGS, Márcia Ivana de Lima e Silva, é uma das que diz ter recorrido muito à compra pela rede, principalmente no *site* Estante Virtual, onde há livros novos e usados: “já achei raridades lá, que pensei que nunca conseguiria comprar, a preços muito acessíveis”. Mas parece que enquanto o mercado livreiro não levar um choque como o mercado da música, enquanto não diminuir a quantidade de intermediários entre o artista, ou a editora, e o consumidor, ainda teremos de nos contentar com edições de bolso dos autores que caíram em domínio público, exemplares usados dos sebos ou cópias ilegais mal encadernadas, privando o leitor, assim, da bela produção contemporânea e do secular fetiche pelo produto livro.

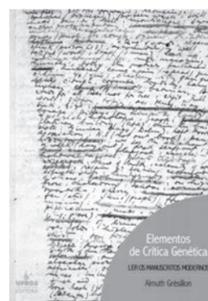
* Jornalista formado pela Fabico e mestrando em Literatura Brasileira

Resenhas

Por Caroline da Silva

A genética da escrita

A crítica genética literária ainda não é uma disciplina universitária, reconhecida e catalogada como tal. A introdução do livro chama a atenção para esse caráter, mas também destaca a importância da criação textual: “Perseguir o devir de uma obra, estudando os traços escritos de sua gênese, significa, *mutatis mutandis*, recriar o mundo, fazer como Deus Pai ou como o biólogo que explora as leis do ser vivo”. Essa categoria dos estudos literários se opõe ao



ELEMENTOS DE CRÍTICA GENÉTICA: LER OS MANUSCRITOS MODERNOS
Ed. UFRGS, 2007, 336 págs., R\$ 70*, de Almath Grésillon

hermetismo do estruturalismo e se propõe, nesta publicação, a analisar os manuscritos da literatura. A escrita é um fazer, uma atividade, um movimento. Esta corrente objetiva contemplar o processo em detrimento do produto; não uma negação, mas uma preferência. Para os pesquisadores, o manuscrito é um objeto material rico em cultura e conhecimento. Em *Elementos de crítica genética*, é possível ver imagens de manuscritos de clássicos da literatura mundial, de autores como Victor Hugo, Balzac, Proust. Ou então, admirar uma partitura escrita a mão de Stravinsky, um desenho de Da Vinci, um caderno de laboratório de Pasteur. O importante é ler em todos os sentidos e contribuir para uma estética da criação literária. Trata-se de uma oportunidade dos estudiosos literários e leitores leigos conhecerem esta nova abordagem de crítica literária, interessante e repleta de curiosidades. São vinte anos de estudo dessa perspectiva teórica, reunidos nesta obra que contou com o trabalho de cinco tradutoras de um projeto do Instituto de Letras da UFRGS. A edição traz ainda um glossário de crítica genética e ensina como elaborar e interpretar “dossiês genéticos” das obras textuais.

Democracia e realidade

Não há espaço para o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo hoje na cultura política gaúcha, em função da modernização da sociedade? Marcello Baquero e Jussara Reis Prá respondem que ainda existem traços dessas práticas no Rio Grande do Sul, mesmo sendo este um estado considerado politizado. Os autores, amparados em dados de estudos do Núcleo de Pesquisas sobre América Latina da UFRGS (Nupesal), traçam um panorama das heranças políticas no sul do Brasil,



A DEMOCRACIA BRASILEIRA E A CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL
Ed. UFRGS, 2007, 206 págs., R\$ 0*, de Marcello Baquero e Jussara Reis Prá

verificando se há influência longitudinal de fatores histórico-estruturais do país. Naturalmente, a obra faz um apanhado histórico do sistema político gaúcho e monta o cenário brasileiro de participação política. A realidade não corresponde aos preceitos da democracia: “constata-se a permanência de uma cultura política caracterizada pela passividade, antagonismo e resignação”. Os cientistas políticos advertem para o fortalecimento da democracia substantiva, do contrário, atitudes e comportamentos de desconfiança, descrença e repúdio por parte dos cidadãos tendem a se manter e se acirrar perante as instituições que representam o modelo centrado no mercado e aos políticos que o gerenciam. E assim as velhas formas do agir político (clientelismo, personalismo e patrimonialismo) continuam vigentes em outras roupagens.

*Preços nas Livrarias da UFRGS (www.livraria.ufrgs.br)

A arte de compor para o cinema

Vagner Cunha*

Música para cinema: para muitos aquela que não deve ser construída como obra de arte isolada, posto que se subjugue a uma imagem. Para esses, se propõe o simples desafio de ouvir, de maneira isolada, a trilha sonora de *Cinema Paradiso*. Um crítico desavisado poderá ter suas próprias idéias congeladas diante da beleza da música e ser acometido por uma crescente nostalgia em relação ao filme. Ennio Morricone constrói, através de temas simples e estruturados em uma linguagem musical tradicional, imagens fabulosas que logo remetem o ouvinte à sala escura de projeção, onde o protagonista passara a sua infância. Neste exemplo singelo, a música é um pilar expressivo do filme de Tornatore, contribuindo para que seja transportado a um plano elevado do cinema universal.

Cinema Paradiso e outras tantas produções cinematográficas viraram referências musicais. A função abstrata que a música ocupa no cinema se torna, nestes casos, tão concreta quanto os diálogos e a fotografia, dando sentido às imagens e acentuando seu teor de expressividade.

Trilhas sonoras figuram dentre os trabalhos mais importantes de alguns compositores do século XX. Sergei Prokofiev, por exemplo, criou obras-primas para filmes de Sergei Eisenstein, um dos pais do cinema mundial. Bernard Herrmann, ao trabalhar com Alfred Hitchcock, estabeleceu um novo referencial de música para cinema e vinculou sua obra aos filmes do diretor, assim como aconteceu com Nino Rota e suas trilhas para as produções de Federico Fellini.

Para que o rol de exemplos não se estenda por centenas de páginas, pois são muitos os compositores que encontraram na sétima arte um espaço para a sua própria arte, se deve mencionar a importância de John Williams para o cinema norte americano. Ao produzir trilhas sonoras com influência da música do final do século XIX e do início do século XX, ele foi o responsável por criar uma sonoridade que contribuiu inestimavelmente para o sensacionalismo do cinema *hollywoodiano*, servindo-se de instrumentações arrojadas utilizadas anteriormente por Richard Wagner, Richard Strauss e Gustav Mahler.

O cinema popularizou obras desconhecidas do grande público, como é o caso do poema sinfônico *Assim falou Zaratrusta* de Richard Strauss, presente no filme *2001, Uma odisséia no espaço* de Stanley Kubrick. Já no filme *Elvira Madigan* de Bo Widerberg, a utilização do *Concerto para piano No. 21* de Mozart tornou a obra tão conhecida que esta passou a ser cognominada de *Elvira Madigan*.

Todos estes exemplos são, ou deveriam ser, suficientes para inferir que aquele compositor de trilhas sonoras, o que escreve exclusivamente para cinema, não está restringindo seu processo criativo. A confluência do som e da imagem na arte é um conceito que não está ligado apenas ao cinema, mas à composição musical de um modo geral. É cada vez mais comum compositores contemporâneos terem por hábito vincular sua música a imagens preexistentes ou imaginárias como ímpeto e estímulo para a criação, seja no processo de construção da obra ou em seu significado subjetivo.

Novo sentido para a imagem – A opção pela composição de uma trilha sonora original vêm sendo largamente utilizada por diretores de cinema,

mesmo com um vasto repertório musical à disposição. Muitos, entretanto, escolhem uma segunda via: a compilação de músicas compostas antes da filmagem, o que aparentemente representa um formato mais simples de ser administrado. Mas não: uma música nunca ouvida antes pode ser mais facilmente associada a uma imagem, uma vez que não possui referências visuais ou expressivas anteriormente atribuídas. O caso da compilação é extremamente delicado e pode ser arquetizado em diferentes feitiços.

Em alguns casos, é necessário que sejam estabelecidas imagens diretamente relacionadas à música para suportá-la – libertas de referenciais dramáticos que possam dissociar a imagem do som – como é o caso de *Morte em Veneza*. Neste filme, Luciano Visconti utiliza, logo no início, o *Adagietto* da *Quinta Sinfonia* de Mahler, ilustrando a introspecção

do personagem, que é parcialmente inspirado no compositor austríaco. Em uma concepção diametralmente oposta, a compilação de uma trilha pode aproveitar o contraste entre referencial musical e imagem: no filme *2001, Uma Odisséia no Espaço* de Stanley Kubrick, o diretor opta pela conhecida valsa *Danúbio Azul* de Strauss para ilustrar a cena de uma espaçonave viajando no espaço.

O contraste pode ocorrer também em um sentido anacrônico, como nas cenas em que a época de ambientação do filme não tem relação cronológica com a música escolhida. A relação, neste caso, está no significado expressivo.

Como um exemplo desta natureza, pode-se citar a primeira cena do filme *Depois de Horas* de Martin Scorsese, que é ambientado em Nova York na década de 1980. À medida que o pensamento do personagem

principal distancia-se de seu treinamento enfadonho, é introduzida a *Aria em Si Menor* de Bach. Perante as câmeras, a imagem segue a mesma; a música, porém, é de tamanha força expressiva que alça o personagem a outro plano. Ele se torna reflexivo e seu pensamento se distancia do plano exterior, voltando-se para o plano interior. Neste caso, bem como em numerosos outros, a música reveste a imagem de novos signos. O novo sentido que adquire está relacionado à beleza da música e ao contraste temporal, sendo ainda acentuado por ser esta uma música conhecida em outros contextos.

A complexidade intrínseca na utilização de músicas preexistentes fica clara no exemplo cinematográfico anterior. A imbricação dos efeitos subjetivos de maneira que estes contribuam para a cena e não o contrário é tarefa árdua. Entretanto, para a alegria

de muitos, algumas sonoridades já estão consagradas como companheiras de determinados momentos em cinema: é muito comum, por exemplo, o uso da música atonal associada às cenas de horror ou suspense. Em outro filme de Stanley Kubrick, *O Iluminado*, a *Música para cordas, percussão e celesta* de Béla Bartók ilustra cenas de perseguição psicológica e clausura.

Silêncio como recurso expressivo

– No casamento entre som e imagem, a trilha sonora deve estar afinada ao objetivo estético do filme, formando uma junção que se destine ou à sintonia ou ao contraste, como visto. A música, entretanto não deve duplicar o que está sendo manifestado no plano visual, pois um recurso expressivo utilizado à exaustão tem desgastado o seu impacto potencial. Para ilustrar esta idéia se deve recorrer ao silêncio.

Apesar de costumeiramente desprezado, o silêncio, tanto na música de concerto quanto na música para cinema, é um recurso expressivo tão valioso quanto o som. O seu mau uso é quase que um cacoete, sobretudo, no cinema americano da década de 1970, que freqüentemente se utilizou da música com o pobre objetivo de preencher vazios no filme. Esta atitude viciosa decorre, na maioria das vezes, da avaliação insuficiente ou equivocada do papel e das proporções adequadas da música em relação ao todo do filme.

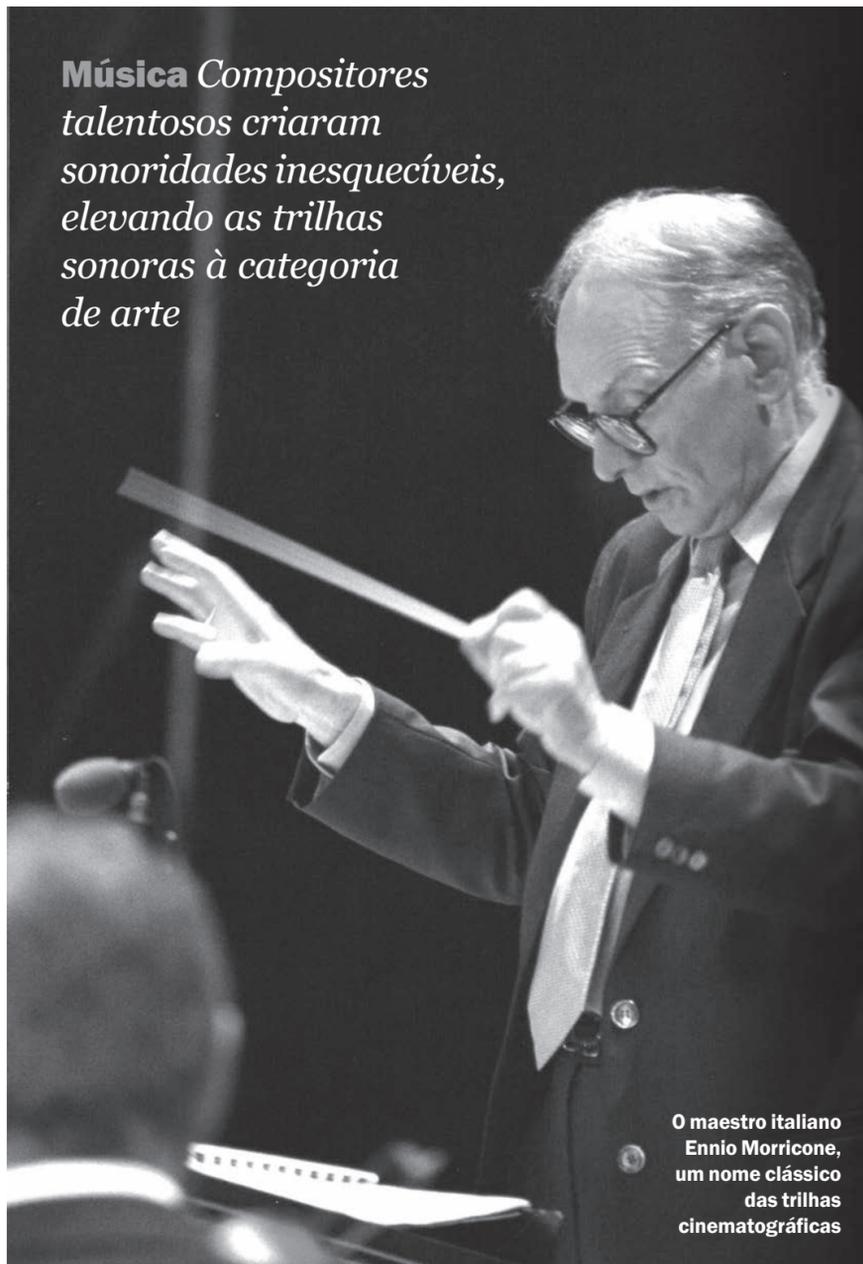
Uma vez absolutamente seguro e convicto que a música nada acrescentará a um roteiro, o diretor não deve vacilar em suprimi-la por completo, pois o excesso de música é um vício herdado do cinema mudo, quando sua presença ininterrupta era, de certa forma, justificada por não haver qualquer outro recurso sonoro que pudesse suprir as necessidades de representação simbólica dos filmes deste tipo.

Como auxílio à reflexão sobre silêncio e preenchimento, se destaca a trilha sonora de *Paris, Texas* de Wim Wenders, composta por Ry Cooder. Na cena do reencontro entre os personagens de Nastassja Kinski e Dean Stanton, que dura aproximadamente nove minutos, o surgimento de uma melodia distante que cresce paralelamente às palavras, contribui indiscutivelmente para a construção da atmosfera. O diálogo começa sem o acompanhamento da música e à medida que imagens do passado vão surgindo em um dos personagens, o som é introduzido de forma distante. A música aqui demonstra o efeito psicológico das palavras, contribuindo de modo sublime para a memória da narrativa, sem ser clichê.

Em suma, sendo composta especificamente ou compilada, impactando por sua presença ou ausência, a música para cinema deve estar sempre de acordo com o propósito estético da cena e subordinada aos interesses artísticos do filme. O certo é que, mesmo em um terceiro plano, além dos diálogos e ruídos, por trás de um filme imortal ou de uma cena antológica sempre há uma trilha sonora impecável. Transportando esta máxima para o cotidiano, sagazes são aqueles que, se espelhando em Morricone, desenrolam suas rotinas embaladas em músicas criteriosamente compiladas a fim de tornar um ambiente agradável ou mesmo ditar o tom de uma conversa. A adequação da música na vida real, com seu potencial de transformação dos ambientes, pode, ao contrário do cinema, mudar o desfecho de muitos enredos.

* Músico, mestrando em música no Instituto de Artes

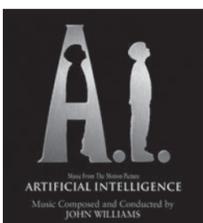
Música Compositores talentosos criaram sonoridades inesquecíveis, elevando as trilhas sonoras à categoria de arte



O maestro italiano Ennio Morricone, um nome clássico das trilhas cinematográficas



Cinema Paradiso, 1988, de Ennio Morricone



Inteligência Artificial, 2001, de John Williams



2001: Uma odisséia no espaço, 1968



Paris, Texas, 1984, de Ry Cooder

CINEMA

Conflitos periféricos no século XIX

Ciclo que aborda a importância dos conflitos na periferia do mundo capitalista, com debates logo após as sessões. Taxas de inscrição: R\$ 10 (com certificado de participação) ou R\$ 2 para espectador individual

VENEZUELA BOLIVARIANA: POVO E LUTA DA 4ª GUERRA MUNDIAL (Documentário, 76 min, Venezuela, 2004) de Marcelo Andrade Arreaza
Um exame da revolução bolivariana da Venezuela como parte do movimento mundial contra a globalização capitalista. Debatedores: mestrando Vicente Ribeiro e professor Fabio Sosa.
Data: 20 de julho, sexta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h



REPRODUÇÃO

ATO TERRORISTA (Drama, 90 min, Estados Unidos, 2005), de Joseph Castelo
Estudante de engenharia paquistanês é preso pelo serviço ocidental de inteligência em Paris, sob suspeita de praticar atos terroristas. Libertado, embarca em uma missão terrorista nos EUA. Debatedores: doutorando Christian Kharam e mestre Roger Elias.
Data: 27 de julho, sexta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h

EL DERECHO DE VIVIR EN PAZ (Documentário, 100 min, Chile, 1999), de Carmen Luz-Parot.
Filme que faz um paralelo entre a história de Victor Jara, cantor-símbolo da cultura latino-americana, e as transformações sociais ocorridas no Chile dos anos 60. Debatedores: professor César Guazzelli e acadêmica Sílvia Sônia Simões.
Data: 3 de agosto, sexta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h

A NOITE DOS LÁPIS (Drama, 105 min, Argentina, 1986), de Héctor Olivera
Em 1976, durante o governo militar argentino, sete adolescentes da cidade de La Plata são seqüestrados, torturados e mortos por protestarem contra o aumento da taxa escolar. Debatedores: doutorando Jorge Fernández e doutoranda Caroline Silveira Bauer.
Data: 10 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 19h

A História vai ao cinema com Aplicação

Projeto de extensão do Colégio de Aplicação da UFRGS que exhibe filmes destacando a história contemporânea. As sessões são seguidas de debates com professores. Mais informações pelos telefones 3308-3436 ou 3308-4022.

CONCORRÊNCIA DESLEAL (Drama, Itália, 110 min, 2001), de Ettore Scola
Em 1938, dois alfaiates disputam a clientela local. Após uma discussão, um deles revela a identidade judaica do outro, provocando a perseguição pela polícia fascista.
Data: 1º de agosto, quarta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Ingressos a R\$ 2,50 no local

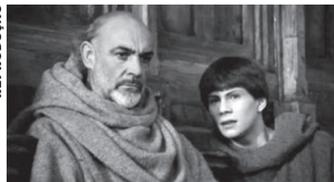
O GRANDE DITADOR (Comédia, EUA, 128 min, 1940), de Charles Chaplin
Em meio à II Guerra Mundial, Chaplin interpreta dois personagens: o ditador Adenoid Hynkel e o barbeiro Judeu. Irônico e atrevido, o filme causou a expulsão do diretor dos Estados Unidos.
Data: 15 de agosto, quarta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Ingressos a R\$ 2,50 no local



REPRODUÇÃO

História no cinema para vestibulandos

Ciclo de filmes relacionados com temas históricos abordados no vestibular, seguidos de palestra com professores, pós-graduandos e graduandos da UFRGS. Caso haja disponibilidade de vagas, os interessados poderão adquirir um ingresso individual por R\$ 4, com desconto de 50% para estudantes da rede pública e de cursinhos populares. Informações: 3308-4022



REPRODUÇÃO

O NOME DA ROSA (Suspense, Alemanha, 130 min, 1986), de Jean-Jacques Annaud
Monge franciscano é encarregado de investigar uma série de estranhas mortes que ocorrem em um mosteiro na Idade Média.
Data: 21 de julho, sábado
Local e horário: Sala Redenção, às 13h30min

LUTERO (Drama, Alemanha/EUA, 112 min, 2003), de Eric Tili
Após quase ser atingido por um raio, Martin Lutero acredita ter recebido um chamado. Ele ingressa num mosteiro, mas logo fica atormentado com as práticas adotadas pela Igreja Católica na época. Após pregar em uma igreja suas 95 teses, passa a ser perseguido. Palestrantes: Salah Khaled Jr. e Dante Guazelli
Data: 28 de julho, sábado
Local e horário: Sala Redenção, às 13h30min

A MISSÃO (Drama, Inglaterra, 125 min, 1986) de Roland Joffé
No final do século XVIII, o mercador de escravos Mendoza sofre uma crise de consciência por ter matado Felipe, seu irmão, num duelo. Para se penitenciar, ele se torna padre e se une a um jesuíta bem intencionado que luta para defender os índios. Palestrantes: Rafael Menezes e Soraia Dorneles
Data: 4 de agosto, sábado
Local e horário: Sala Redenção, às 13h30min



DIVULGAÇÃO

QUANTO VALE OU É POR QUILO (Drama, Brasil, 104 min, 2005), de Sérgio Bianchi
Uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que forma uma solidariedade de fachada. Palestrantes: Bruna Sirtori e Mariana Gomes
Data: 11 de agosto, sábado
Local e horário: Sala Redenção, às 13h30min

PLANETÁRIO

Projeto Selene

Programa de observação de planetas e astros notáveis no céu de Porto Alegre através de telescópio. A atividade inicia logo após o pôr-do-sol no pátio do Planetário José Baptista Pereira e, em caso de mau tempo, será cancelada.
Data: 18 e 19 de agosto, sábado e domingo
Entrada franca

Programas para crianças e adultos

Em todos os domingos de julho o Planetário exhibe dois programas audiovisuais. O ingresso é 1kg de alimento não perecível, que será doado a entidades filantrópicas. Estacionamento gratuito.

MÚSICA

Projeto Unimúsica

Na edição deste ano, o projeto aborda os diferentes aspectos da canção brasileira que a transformaram em uma das manifestações artísticas mais fortemente presentes na vida cotidiana do país.

SEMINÁRIO - A CANÇÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE
Encontro que irá discutir pesquisas sobre a canção popular brasileira em realização no âmbito acadêmico. Haverá sessões de comunicação de pesquisa e debates com os pesquisadores Luís Augusto Fischer e Celso Loureiro Chaves (UFRGS) e convidados de outras universidades brasileiras que têm se dedicado ao tema, com a presença já confirmada de Luiz Tatit (USP).
Data: 30 e 31 de julho, segunda e terça
Local: Sala II do Salão de Atos da UFRGS
Entrada franca

Dia 30 de julho
14h - Abertura
14h30min - Tendências atuais da canção no Brasil: mesa-redonda com os jornalistas Juarez Fonseca e Arthur de Faria e mediação de Luis Augusto Fischer
16h às 18h - Sessão de apresentação de trabalhos inscritos
19h - Elos entre melodia e letra: conferência com Luiz Tatit

Dia 31 de julho
9h às 12h e 14h às 18h - Sessões de apresentação de trabalhos inscritos
19h - Mesa-redonda com Cláudia Neiva de Matos (UFF), Martha Uihôa (UNIRIO) e Celso Loureiro Chaves, com mediação de Luciana Del-Ben

ENCONTRO COM EVELINE HECKER E CAMILLA DIAS
Entrevista aberta ao público, em que as artistas compartilham suas reflexões sobre a música popular brasileira. Entre uma e outra canção, conversam sobre projetos e trajetórias artísticas.
Data: 1º de agosto, quarta-feira
Local e horário: estúdio principal da Rádio da Universidade, às 17h30min
Entrada franca com vagas limitadas
Inscrições no Museu da UFRGS



SILVIO POZZATO

EVELINE HECKER APRESENTA NA LINHA DE TOM JOBIM
A cantora carioca Eveline Hecker já fez parte das bandas de grandes nomes da música popular brasileira, como Tom Jobim, Beth Carvalho e Francis Hime. Em 2005, concorreu ao Grammy Latino na categoria de Melhor Canção Brasileira com *Ponte Aérea*, de José Miguel Wisnik.
Data: 2 de agosto, quinta-feira
Local e horário: Salão de Atos da UFRGS, às 19h
Retirada de senhas no Museu da UFRGS, a partir do dia 30 de julho, das 9h às 18h, mediante a doação de 1kg de alimento não-perecível, ou através do agendamento no site www.museu.ufrgs.br

SOU PARECIDO COM AS ESTRELAS (Infantil, 50min). Nome, idade e tamanho são particularidades também das estrelas. Observadas por árabes, gregos, indígenas, os homens sempre se interessaram por elas, mas são as crianças que ainda conhecem este segredo do céu: o caminho que leva às estrelas.
Horário: 16 horas

A UM PASSO DE JÚPITER (Adulto, 36min). Programa que apresenta a viagem de uma nave-fantasia que leva os passageiros ao planeta gigante do Sistema Solar. Suas nuvens coloridas e a densa atmosfera são atrações da viagem, que apresenta também os hipotéticos habitantes que sobreviveriam no mundo gasoso de Júpiter.
Horário: 18h

Peça *O santo guerreiro* é uma das atrações

Destaque



TIBERÉ ALENCASTRO

Antropologia em debate

VII Reunião de Antropologia do Mercosul promove diversas atividades culturais

De 23 a 26 deste mês, a UFRGS irá sediar a VII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) - Desafios Antropológicos. O evento é promovido pelo Programa de Pós-graduação de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Durante a reunião haverá diversas atrações culturais abertas ao público. Entre as atividades com entrada franca destacam-se: uma mostra de vídeos etnográficos, audição de produções sonoras, exposições fotográficas, espetáculo teatral e o espaço ameríndio, que reúne exposição de arte indígena, oficinas de artesanato, de mobilização, de culinária indígena e palestras. De acordo com a professora do curso de Antropologia da UFRGS e presidente do VII RAM, Cornélia Eckert, o objetivo do evento é manter uma recente, mas já consolidada tradição de promover um encontro internacional de troca e intercâmbio científico entre antropólogos e instituições de pesquisa da área. O número de inscritos surpreendeu a organização. "Queríamos atingir um público de 1.000 a 1.200 congressistas. Mas hoje já estamos com 1.800 participantes", enfatiza a professora.

O VII RAM contará com a presença de pesquisadores de todas as regiões do Brasil, e também da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Venezuela, México, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Angola, entre outros. A política e os conceitos de nação e cidadania; xamanismo e sistemas lógicos e/ou

Programação

ESPAÇO AMERÍNDIO
Faculdade de Educação
23 a 26 de julho - Mostra de arte indígena; oficinas de artesanato; oficinas de mobilização
24 de julho, das 10 às 14h - Oficina de culinária kaingang
25 de julho, das 10 às 14h - Oficina de culinária mbyá-guarani
24 de julho, às 18h - Palestra: *Lutas ameríndias no Mercosul - orientações originárias ao trabalho antropológico*
26 de julho, às 18h - Palestra: *Perspectivas ameríndias- conceitos originários*

EXPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS
Sala Fahrion e Salão de Festas da UFRGS
Visitação: 23 a 26 de julho, das 9h às 18h

MOSTRA DE VÍDEOS ETNOGRÁFICOS
Sala Redenção
Sessões: 23 a 26 de julho, das 16h às 18h

TEATRO
Sala Qorpo Santo
Espetáculo *O Santo Guerreiro*, peça teatral baseado na vida de São Jorge, o Santo mais popular do Brasil
Apresentações: 24, 25 e 26 de julho, às 18h

AUDIÇÃO DE PRODUÇÕES SONORAS
Sala Redenção
Sessão única: 26 de julho, das 18h às 20h

cosmológicos das sociedades indígenas atuais; políticas afirmativas e movimentos sociais; guerras no Oriente, suas repercussões e a responsabilidade da sociedade ocidental são alguns dos temas em debate. Mais informações pelo telefone 3308-6638 ou através do endereço eletrônico 7ram@ufrgs.br A programação detalhada pode ser acessada no site www.ufrgs.br/ppgas/7ram/index.html.

ESPECIAL

Fronteiras do pensamento

Seminário internacional organizado pela Copesul em parceria com a UFRGS, UERGS, Unisinos e PUCRS. O evento, cujas inscrições já estão encerradas, ocorre no Salão de Atos da PUCRS, às 20h. Informações pelo telefone 3333.6476 ou através do site www.fronteirasdopensamento.com.br

O PENSAMENTO APÓS A MODERNIDADE
Conferência com Jon Lee Anderson
Data: 24 de julho, terça-feira

PERSPECTIVAS DA DEMOCRACIA
Conferência com Michelangelo Bovero
Data: 7 de agosto, terça-feira

DEMOCRACIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB A PERSPECTIVA DE NORBERTO BOBBIO
Conferência com Celso Lafer
Data: 7 de agosto, terça-feira

A LINGUAGEM NA ERA DIGITAL
Conferência com Pierre Lévy
Data: 14 de agosto, terça-feira

Onde?

- Faculdade de Educação
Av. Paulo Gama, s/nº
- Planetário
Av. Ipiranga, 2.000
- Rádia da Universidade
Rua Sarmento Leite, 426
- Sala II do Salão de Atos
Av. Paulo Gama, 110
- Sala Fahrion
■ Av. Paulo Gama, 110 - 2º andar
- Sala Redenção
Av. Paulo Gama, s/nº
- Sala Qorpo Santo
Av. Paulo Gama, s/nº
- Salão de Atos da UFRGS
Av. Paulo Gama, 110
- Salão de Atos da PUCRS
Av. Ipiranga, 6.6814

O diálogo perpétuo de

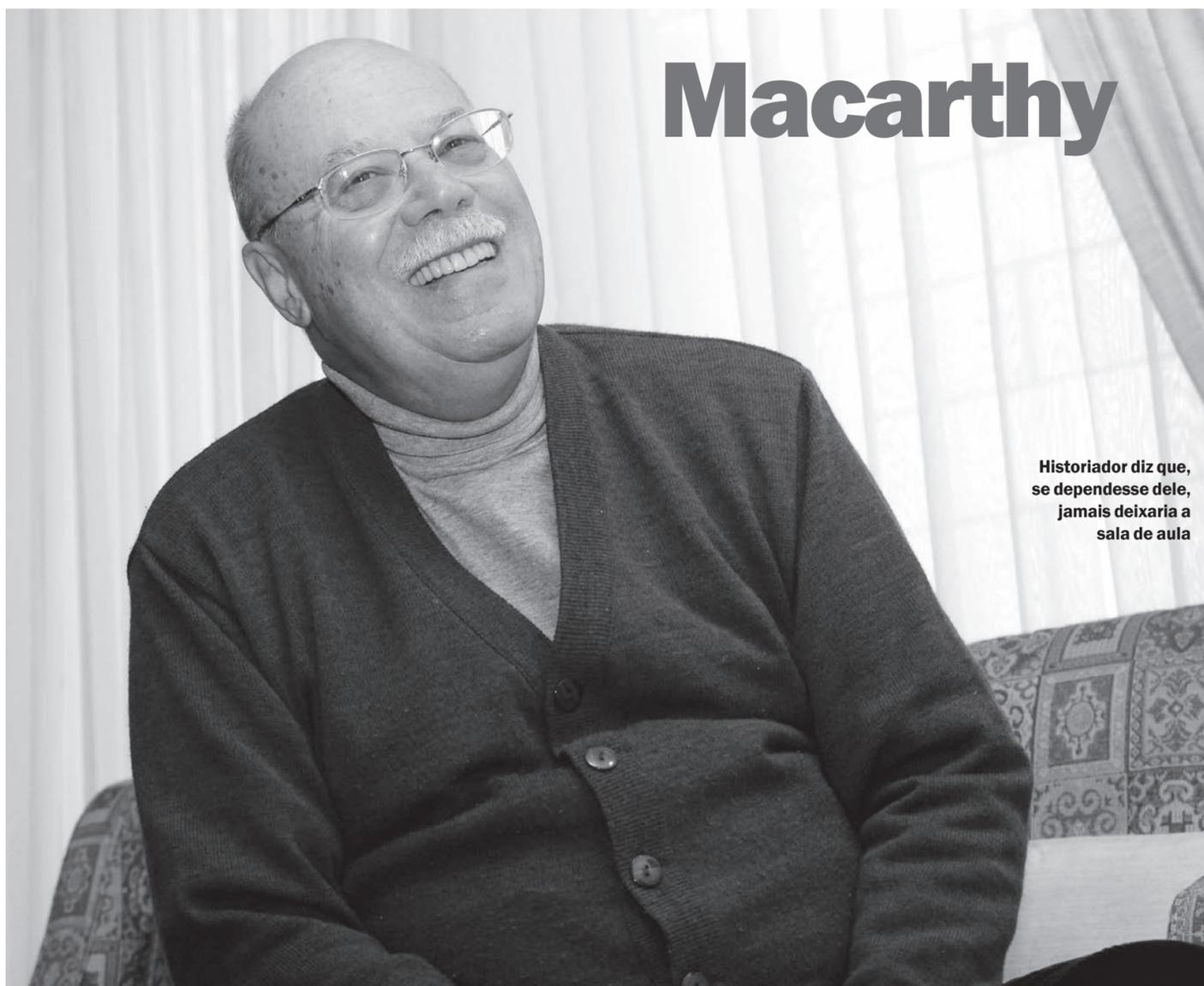
Vocação Amor ao magistério marcou a trajetória do ex-reitor da UFRGS

Caroline da Silva

Professor de História, Macarthy foi reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 1980 a 1984. Seu reitorado foi marcado por uma invasão do Restaurante Universitário e da Casa do Estudante, e uma posterior – e longa – ocupação de reitoria. O movimento, iniciado nacionalmente em São Paulo, durou mais de 80 dias. “Lá fizeram o reitor entrar agachado no prédio. Se eu entrasse assim, como ia sair?”, indaga. Enquanto seus pró-reitores utilizavam portas alternativas para deixar o prédio durante aquele período, Macarthy saía pelo saguão, em meio aos estudantes. Hoje, conta tudo com muita graça: “Ganhava-se pouco, porém era divertido!”. Quando terminou seu mandato, deixou a UFRGS e passou a lecionar na PUC, onde deu aulas até 1994.

Earle Diniz Macarthy Moreira nasceu em Camaquã (naquele tempo se dizia São João Batista de Camaquã), em 1930. Mudou-se para Porto Alegre em 1935, com os pais, para estudar. Frequentou os colégios Nossa Senhora dos Anjos, Anchieta, cujas antigas instalações localizavam-se na rua Duque de Caxias, e Júlio de Castilhos. Educador nato, vivenciou diversas reformas na educação básica e a federalização da Universidade do Rio Grande do Sul. Graduou-se no Curso de História da UFRGS em 1953. Casou com Suzele Manera de Castro em 1954, residindo por mais de uma década no mesmo edifício de três andares de propriedade dos sogros, na rua Duque de Caxias: “Suzele e eu somos dois filhos únicos que se encontraram”.

Em sua trajetória de vida, destaca a figura do padre Xavier Grinmeisen, que foi seu professor no colégio Anchieta. O jesuíta era um judeu austríaco que, em plena guerra, ensinou “escondido” alemão para Macarthy e seus colegas. Na hora de escolher a profissão, quando o caminho natural era o do Direito, da Medicina ou da Engenharia, a influência do padre Xavier pesou. Ele chegou a se inscrever para as provas da Faculdade de Direito, mas não prestou o vestibular. “Eu teria tido problemas éticos, porque não tenho perfil para ficar moralmente isento na defesa”, conclui. Porém reconhece que é uma profissão necessária: “eu tenho um filho advogado e dos bons, diga-se de passagem!”. Macarthy brinca: “Se tivesse seguido a Medicina, profissionalmente, estaria matando cachorro a grito. Se alguém não pode pagar, não paga; é minha maneira de ser, o que vou fazer?”.



Macarthy

Historiador diz que, se dependesse dele, jamais deixaria a sala de aula

O ex-reitor da UFRGS é pai de quatro filhos, avô de cinco netos. Morando há quase 40 anos na mesma casa, atualmente se dedica a escrever material para congressos e à tradução de autores do Conesul “mais ou menos perdidos”. O terreno em Ipanema foi adquirido em 1958, com um pequeno chalé – para a família se divertir aos fins-de-semana: “a colônia de férias da UFRGS era só para 15 dias”. A residência foi erguida no bairro da zona sul, cerca de 10 anos depois, com o falecimento do sogro de Macarthy. O professor comprou o terreno ao lado e deu início a uma série de reformas. Hoje, chama a casa confortável em que mora com a esposa Suzele de clube familiar: “todos vêm me visitar e têm o bar e a piscina à disposição, só não sou de ficar papariçando”. Além do grande bar na sala, chamam a atenção a parede de diplomas e os diversos porta-retratos com fotografias da família reunida. O avô fala com carinho da netinha de 100 dias, que está em Pernambuco, filha de sua caçula: “Vamos para lá duas vezes por ano, ou quando dá pra dar uma escapada”. Para o lazer, além do convívio da família, aponta a literatura.

Mestiço metido à besta

“Minha mãe já era da terceira geração da família irlandesa que chegou ao Brasil. Meu bisavô, que se chamava Daniel João Macarthy, veio naquela leva dos que tinham fome, havia muita miséria. Todo mundo veio pra cá porque não tinha onde cair morto. Minha avó materna se chamava Hermenegilda dos Santos. O dos Santos significa o quê? Era um sobrenome que aqueles que não tinham nome recebiam normalmente na pia batismal. O que era a minha avó? Era chinita – uma mulher do campo com a qual o meu avô, pai da minha mãe, fez uma família imensa. Está em moda saber o que a gente é: ‘eu sou um mestiço metido à besta’. Pelo lado do meu pai, tenho antepassados portugueses e os espanhóis.”

Infância

“Nossa casa, lá em Camaquã, era na mesma rua da Igreja, dentro de uma vila. Meus parentes pelo lado materno eram rurais: todos tinham criação de gado e lavoura de arroz. Morei nessa vila até os cinco anos, mas mantive a marca do campo, porque passava minhas férias no interior. Tive muitos tios políticos bem ao estilo de família grande. Mesmo eles me tratavam como se fosse filho: na hora de dar dinheiro pros bailes, eu recebia igual. Jamais me senti intruso em lugar algum nessa minha vida que começava em Tapes e passava por São Lourenço, depois ia até Pelotas. Não sei andar de bicicleta, até hoje. O guri lá do campo, quando via uma bicicleta, ficava bem louco, era um objeto raro. Eu, ao contrário, não estava ligando para bicicleta, queria andar a cavalo.”

Magistério

“O diálogo perpétuo é o cerne, o encanto da carreira do magistério: estar constantemente dialogando, porque tu tens os interlocutores, que são os teus alunos, os teus companheiros de profissão, com quem tu te

encontras... Fazendo um pouco de auto-crítica e auto-análise – não é uma boa, mas a gente faz – o que está por trás da escolha de um rumo de vida não é o que tu vais aprender na escola. Às vezes, trazemos um embrião lá de trás. Meu avô ensinava na fazenda, ele era ruralista, mas transmitia as primeiras letras para seus filhos e os filhos dos outros. Eu precisava escolher uma profissão para a qual tivesse uma inclinação muito grande.”

Pego pela reitoria

“Era muita tensão. Não tem como imaginar que se possa administrar um universo de quase 40 mil pessoas, entre alunos, professores e funcionários, complexo por natureza. Não é a mesma coisa que ser prefeito de Porto Alegre, é muito pior e bem mais complicado de gerir. Isso sem falar no orçamento: quantos municípios têm um orçamento desses? Mas já naquela época não atendia e continua não atendendo às necessidades. Quanta coisa fica pelo meio do caminho porque não se consegue implementar uma pesquisa aqui e ali, ou tocar pra frente um sistema de investigação? Naquela época, o orçamento da Universidade era o segundo melhor do estado, só perdia para o da prefeitura de Porto Alegre.”

Reitor-professor

“O reitor não é dono do seu tempo, por isso acho impossível dar aula, já que precisamos estar à disposição do sistema 24 horas por dia. Na época, fui o mais jovem dos reitores, pois quem ocupava o cargo geralmente estava beirando os 70. Eu entrei com 50 anos e passei quatro anos lidando com todo o sistema universitário. Até para ler era difícil. Foi preciso um esforço muito grande para não perder o contato com a cultura em geral, sempre lembrando que, cedo ou tarde, teria que voltar à sala de aula. Recordo um episódio com o Mendes Sá, quando ele encerrou a vida política. Perguntei se retomaria às suas aulas na Faculdade de Direito, ele me olhou rindo e disse: ‘Depois de

todos esses anos afastado, perdi a embocadura!’”

Invasões e ocupações em época de ditadura

“Ainda estava em vigor o decreto 477, que proibia a política estudantil. Então, teoricamente, se o reitor quisesse, chamava a polícia e ia todo mundo preso mesmo – e havia pressão. Eu nunca cedi a pressões, nunca designei um dedo-duro para chefe de departamento ou para cargos afins. Sempre disse que a mesma pena que me nomeou podia me ‘desnomear’. Sou muito amigo do Marquinho Villalobos, filho do Carlos Nobre. Na sua papelada, ele encontrou uma página de Zero Hora da época em que fui designado reitor: ‘Esperamos que o novo reitor, ao invés de aplicar o Macartismo, implante o Moreirismo na Universidade’. Talvez a minha grande vantagem é que participei do movimento estudantil, por isso não via sentido em puni-los.”

Morrer em sala de aula

“Não entendia quem contava nos dedos do tempo para se aposentar. Eu não queria ter parado, sinto muita falta. Eles acharam que estava na hora de ‘picar o cavalo’; o que me aborreceu, porque eu não acreditava que devesse parar. Professor nenhum se considera velho.”

Cotas na Universidade

“A adesão às cotas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul é um carimbo. Meu amigo Hennemann ficará marcado. Se para o bem ou para o mal, só o futuro vai dizer.”

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

“Sou vice-presidente há muito tempo, a minha última rodada é agora [biênio 2006-2008]. Depois, quero ser um sócio comum. Os redutos intelectuais são sempre muito mais complicados do que se imagina.”

1980: Macarthy e sua equipe de pró-reitores durante coletiva de imprensa





TALINS



BRUNO SEELIG



Núcleo de Ilustração e Quadrinhos

HAMILTON NASCIMENTO



TEXTO ÂNIA CHALA

Um grupo de estudantes de Artes Visuais da UFRGS está se organizando para criar o Núcleo de Ilustração e Quadrinhos (NIQ), junto ao Instituto de Artes (IA). Através da iniciativa, ilustradores e quadrinistas irão prestar serviços a diferentes setores da Universidade, produzindo material de qualidade comunicativa e criativa para publicações.

Segundo a professora Laura Castilhos, do IA, a idéia partiu dos próprios alunos, que sentiram necessidade de ir além da formação acadêmica oferecida na graduação. Laura, que também é ilustradora e tem trabalhos publicados na área da literatura infantil, diz que até o momento, o curso de Artes Visuais não disponibiliza disciplinas que abordem a linguagem da história em quadrinhos e da ilustração, embora ambas façam parte da contemporaneidade e das distintas áreas da comunicação visual. Por outro lado, o número de jovens artistas interessados por este campo de conhecimento, tanto no que diz respeito à produção visual quanto com relação ao conteúdo teórico, cresceu significativamente. Para a professora, o interesse dos estudantes reflete a valorização de uma área que já foi considerada uma arte menor.

Fazem parte do Núcleo de Ilustração e Quadrinhos os estudantes: Alexandre Nadal, Bruno Fantinelli Seelig, Carlos Eduardo Galon, Carlos Mateus Souza, Dilma Pozzetti, Eduardo Müller, Gustavo Rodrigues, Lena Kurtz, Luana Mitto (Gwoene), Paulo Casa Nova, Rock Siles Barcellos, Sílvia do Canto, Talins Pires de Souza e Yuji Shinozaki Schmida.

Neste Ensaio, publicamos o trabalho de cinco dos integrantes do Núcleo. A partir desta edição, os integrantes do NIQ irão colaborar mensalmente com o Jornal da Universidade, ilustrando algumas de nossas matérias.

EDUARDO MÜLLER



LENA KURTZ

